

# Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova forma de tributação freia compras de "viciados" em sites asiáticos.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alta do petróleo vira aposta da equipe econômica para melhorar arrecadação.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator negocia novas mudanças em PL das offshores.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STJ permite ao Fisco exigir devolução imediata de créditos.....9

A GAZETA - MT - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

32 mil contribuintes de MT devem R\$ 8,5 bilhões.....11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo teme impacto de correção do FGTS e busca diálogo com Supremo.....13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

A importância de focar o ajuste fiscal pelo lado do gasto - SERGIO LAMUCCI.....15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Sobre baleias e tubarões, super-ricos pobres - BRUNO CARAZZA.....17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cresce o risco de o Senado desconfigurar a reforma tributária (Artigo).....19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Melhora de nota pede estabilidade de regras fiscais".....20

O GLOBO - RJ - APRESENTADO POR ABCON SINDCON  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Custo do saneamento básico pode sofrer impacto com Reforma Tributária.....22

O GLOBO - RJ - APRESENTADO POR ABREMA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária pode paralisar tratamento de resíduos sólidos no país.....24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto mais alto.....26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

FMI "antecipa" Brasil como nona maior economia global.....28

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributação sobre bebidas é foco de discussão em seminário do Correio.....30

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: relator sugere avaliação de incentivos fiscais a cada cinco anos ..... 32

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da reforma tributária defende aumento de recursos em fundo para estados..... 34

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Medo da Reforma Tributária aumenta em 22% doações de bens a herdeiros.....37

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados elevam ICMS para reforçar caixa e garantir fatia maior na Reforma Tributária ..... 38

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco e Lira miram caminhos distintos e tentam preservar influência após deixarem o comando do Senado e da Câmara ..... 40

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Imposto arcaico obriga brasileiros a sustentar a família real portuguesa (Editorial) ..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prefeitos de capitais miram 2024 e mais que dobram investimento..... 43

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

Mais uma chance para a América Latina (Editorial) ..... 46

O GLOBO - RJ - APRESENTADO POR BANCO MASTER  
ECONOMIA

Commodities garantem fluxo de dólares para o Brasil (Artigo)..... 48

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Senado votará extensão da desoneração da folha ..... 50

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

FMI vê cenário de pouso suave, mas pode estar sendo otimista (Editorial)..... 51

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE  
ECONOMIA

"BC poderá ter que reduzir ritmo de corte da Selic a 0,25 ponto" ..... 53

# Nova forma de tributação freia compras de "viciados" em sites asiáticos

**LÍLIAN CUNHA**

"Eu não dormia mais"; "Comprei mais quando estava em depressão"; "Quando as encomendas chegavam, eu nem lembrava que tinha comprado aquilo." Essas são frases de pessoas que se dizem viciadas em comprar em aplicativos de produtos importados da China, como Shein, Shopee e AliExpress.

"Você começa para ver como é, compra uma coisinha barata só para testar e aquilo vai te contaminando", diz o carioca Marcelo Adolfo Marques Reiners, profissional de tecnologia da informação, que assume que já foi viciado em compras.

O alto volume de compras por esses canais levou o governo a rever as regras de importação dessas plataformas. Primeiro, zerou a isenção de até US\$ 50 (por volta de R\$ 254) e, depois, criou o Remessa Conforme.

Pelas regras, compras até esse valor estão isentas.

Acima dele, serão taxadas. De qualquer forma, por ora, as compras estão sendo retidas, e os **impostos**, cobrados até as empresas se enquadrarem no novo programa.

Esse vaivém do governo sobre a taxaçaõ ajudou a "controlar o vício" desses consumidores, que estavam num ritmo desenfreado de compras. Cíntia Nayade Santos, dona de coworkings em São Paulo e em Taboão da Serra, chegou a deixar de dormir revirando os aplicativos em busca de ofertas.

"Você se distrai. Tem joguinhos, como Candy Crush, e, quanto mais joga, mais cupons de descontos ganha. E, nas madrugadas, tem ofertas especiais, que acontecem por volta da meia-noite e lá pelas 3 horas da manhã", conta ela, que já chegou a ficar três dias seguidos sem dormir.

Entre os artigos que comprou, Cíntia menciona adaptadores de cápsulas para cafeteira, itens de decoração para eventos, calcinhas absorventes e muitas roupas. "Também comprei sopa de cenoura em cápsulas para fazer na própria cafeteira", lembra ela, que gastava em média R\$ 1 mil todo mês com essas compras.

As roupas, diz, eram o que mais faziam brilhar seus olhos.

"Elas têm um estilo diferente das nacionais. E tem G, GG, GGG. O tamanho que precisar.

Nas lojas nacionais, não encontro com o mesmo estilo e variedade de tamanhos", afirma. E tudo chegava em casa em poucas semanas, sem **impostos**, sem parar nos Correios.

"Esses aplicativos são hábeis em envolver o consumidor", diz Ricardo Pastore, coordenador do núcleo de varejo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

"Vender por vender, todo mundo vende. Mas essas empresas criam uma experiência diferente. Elas deixam as compras com jeito de passatempo, de jogo. Lançam desafios, como as compras da madrugada", explica.

**TRIBUTOS.** Pelo Remessa Conforme do governo federal, as empresas que aderem ao programa têm isenção do imposto para remessas postais entre pessoas físicas de até US\$ 50.

A primeira a aderir foi a AliExpress.

Shopee e Shein adotaram o sistema no meio de setembro.

Por isso, quem fez compras nos dois aplicativos antes dessa adesão, no mês de agosto, pagou alíquota de 60% para qualquer remessa, independentemente do valor, enviada por pessoa jurídica.

Mesmo que a empresa tenha aderido ao Remessa Conforme, muitos itens ainda ficam retidos na alfândega até que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual, seja pago pelo consumidor, pelo site dos Correios.

**MALHA FINA.** Milhões de produtos caíram na malha fina dos apps chineses. Só nos sete primeiros meses do ano, segundo a **Receita Federal**, o volume de remessas enviadas ao País alcançou 123 milhões de itens importados.

A Receita, porém, ainda não contabilizou quantos itens

em agosto ou setembro foram retidos para cobrança de **impostos**. Nem quantos foram rejeitados por quem os encomendou.

Todos os consumidores disseram estar comprando bem menos agora. "Admito que troquei uma compulsão alimentar pela compulsão de compras nesses aplicativos. Mas, agora, com os **impostos**, coloco tudo no carrinho, mas esqueço lá, não compro nada.

Posso dizer que estou controlada agora", comemora Cíntia.

Procurados, Shopee, Shein e AliExpress não comentaram sobre queda nas vendas.

"Essas empresas criam uma experiência diferente. Eles deixam as compras com jeito de passatempo, de jogo.

Lançam desafios, como compras da madrugada"  
Ricardo Pastore ESPM

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Alta do petróleo vira aposta da equipe econômica para melhorar arrecadação

**Estevão Taiar**

A alta do preço do petróleo observada nos últimos dias, caso se mantenha, tende a colocar a arrecadação do governo federal neste fim de ano em um patamar acima do que estava previsto. A avaliação é de três fontes da equipe econômica do governo federal ouvidas pelo Valor.

Na sexta-feira (13), impulsionado pela guerra entre Israel e o Hamas e por novas sanções pontuais dos EUA contra a Rússia, o preço do barril do petróleo tipo Brent fechou em US\$ 90,89, alta de 5,68% em relação a quinta-feira. Ao longo da semana passada, o aumento foi de 7,29%.

No Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, divulgado no fim do mês passado, os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento calculavam que o preço médio do Brent neste ano ficaria em US\$ 83,8 por barril.

Uma das fontes do Ministério da Fazenda afirma que a melhora da arrecadação pode se concretizar tanto por meio dos recursos administrados pela **Receita Federal**, como Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), quanto por meio dos recursos não administrados, como royalties.

Mas a fonte faz a ressalva de que o aumento da arrecadação apenas se concretizará se "a Petrobras transferir o preço do petróleo maior para os preços de varejo". Caso a Petrobras opte por segurar o preço, ela estaria "colocando no caixa dela o custo de importar" a commodity em um preço mais elevado, na definição da fonte. Isso reduziria tanto o lucro da companhia quanto o seu fluxo de caixa, diminuindo por sua vez a arrecadação que incide sobre a empresa e os dividendos pagos à União. No começo deste ano, a Petrobras mudou a sua política de preços a fim de evitar o repasse para o mercado interno das oscilações do petróleo no exterior.

Na avaliação de Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos, a alta do preço da commodity ajuda os cofres do governo federal. "Mas não é um divisor de águas para reverter a tendência recente de perda de força da arrecadação", afirma.

Segundo ele, "o impacto mais direto" tende a aparecer sobre royalties, participações especiais e comercialização do estoque da Pré-Sal Petróleo (PPSA) - a responsável pela comercialização da parcela a que a União tem direito de petróleo e gás produzidos no pré-sal.

Nos cálculos da XP, a elevação do barril do Brent em US\$ 1 ao longo de 12 meses aumenta a arrecadação com royalties, participações e PPSA em R\$ 1,4 bilhão. Já os efeitos sobre a arrecadação tributária são menores, alcançando entre R\$ 500 milhões e R\$ 600 milhões, e "têm defasagem um pouco maior".

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), também afirma que a alta "pode ajudar", mas com efeito "limitado em relação ao ano passado", quando o impacto sobre as contas públicas foi grande.

"Seja porque estamos no fim do ano, seja porque o efeito deve ser maior sobre o pagamento de royalties e participações especiais e menor sobre dividendos e outras bases", afirma a diretora da IFI, órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado.

De qualquer maneira, até o começo de outubro, antes portanto da guerra no Oriente Médio, analistas do setor privado ainda não tinham incorporado o preço mais elevado do petróleo em seus cenários. Conforme divulgado na sexta-feira pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda no Prisma Fiscal de outubro, o mercado aumentou as suas projeções para o déficit primário do governo federal deste ano e, em menor medida, do ano que vem. Com isso, a projeção para 2024 se afastou um pouco mais da meta estabelecida pelo arcabouço fiscal. Os números foram coletados entre 11 de setembro e 6 de outubro.

A estimativa, sempre mediana, para o déficit primário de 2023 passou de R\$ 106,5 bilhões em setembro para R\$ 110,1 bilhões em outubro. Já a estimativa para o déficit do ano que vem passou de R\$ 83 bilhões para R\$ 84,3 bilhões. O arcabouço fiscal estabelece meta de resultado primário igual a zero para 2024, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) para cima e para baixo. A banda de 0,25 ponto percentual equivale a aproximadamente R\$ 30 bilhões para cima ou para

baixo. Em outras palavras, o déficit primário projetado pelo mercado para o ano que vem está mais de R\$ 50 bilhões acima do intervalo da meta.

Para este ano, ainda sem as regras do arcabouço, o governo federal projeta oficialmente déficit de R\$ 141,4 bilhões. Mas no fim de setembro, durante a entrevista coletiva de divulgação do Relatório Bimestral, a secretária-adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga, afirmou que o governo federal "continua buscando" déficit de aproximadamente R\$ 100 bilhões para 2023.

"Não é um divisor de águas para reverter a tendência recente de perda de força da arrecadação" Tiago Sbardelotto

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187688>

# Relator negocia novas mudanças em PL das offshores

**Lu Aiko Otta e Raphael Di Cunto**

A Câmara dos Deputados poderá votar na terça-feira, se houver acordo, o projeto de lei que modifica a cobrança do Imposto de Renda dos fundos "offshore" e dos fundos exclusivos, ambos utilizados por aqueles chamados de "super-ricos" pelo governo. Com isso, a arrecadação federal ganharia um reforço da ordem de R\$ 20 bilhões no ano que vem. No entanto, ainda há dois grandes pontos em aberto e não se descarta, nos bastidores, que a votação fique para pelo menos a próxima semana. A fuga de recursos do país é o maior ponto de preocupação do relator da proposta, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), que discute novas mudanças em seu parecer.

Apesar disso, a expectativa no governo continua a ser de que a proposta será votada nos próximos dias e com isso o Congresso destrave a análise das medidas na área fiscal. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem dito que o Brasil estará mais bem preparado para enfrentar as consequências econômicas da guerra entre Israel e o Hamas à medida que a agenda econômica avançar no Legislativo.

Embora as discussões da área técnica do governo com o relator tenham progredido bastante, ainda restam dois pontos de dúvida. O primeiro é a possibilidade de uniformização de alíquotas dos fundos no exterior com os fundos localizados no país. O segundo, a retirada dos dispositivos que mudam as regras dos Fundos de Investimento no Agro negócio (Fiagro).

"Cada medida deve ser avaliada com cuidado, responsabilidade e atenção aos múltiplos impactos", disse ao Valor o deputado Pedro Paulo. Ele se mostrou preocupado com os efeitos das mudanças no mercado de capitais, "em especial dos fundos de investimento e suas funções de poupança e investimento do setor produtivo".

Da forma como está o relatório, os fundos de investimento "offshore" (no exterior) e os fundos exclusivos (que estão no Brasil e também são chamados de "onshore") têm alíquotas diferentes. Nos "offshore", a alíquota varia de zero a 22,5%, dependendo do valor do rendimento. No entanto, a tendência é que a maior parte dos detentores se

enquadre na alíquota mais elevada. Nos fundos exclusivos, a alíquota é de 15% para fundos de ações e de 15% a 22,5% nos de renda fixa, dependendo do prazo (mas, na prática, a maioria aguarda os dois anos para pagar só 15%).

Pedro Paulo tem sido pressionado a reduzir a taxa dos "offshore" para 15%. Do ponto de vista da Fazenda, a alíquota mais baixa significará menos arrecadação: em vez de R\$ 7 bilhões ao ano, seriam cerca de R\$ 5 bilhões. Esse impacto, porém, seria sentido apenas a partir de 2025, explicou um técnico. Para 2024, haverá taxa do estoque investido, o que garante os recursos estimados para o ano.

"O governo imagina que os investidores, ao compararem os 22,5% de imposto das "offshore" contra 15% das alíquotas come-cotas para "onshore", haverá um efeito repatriação", comentou Pedro Paulo. "Será? Tenho escutado incentivos em outra direção, exatamente o contrário - fuga de capital com a mudança de domicílio fiscal. Mas será representativo?"

O deputado cita dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), segundo os quais os fundos exclusivos detêm patrimônio de aproximadamente R\$ 1 trilhão. Os fundos "offshore", segundo a **Receita Federal**, possuiriam o mesmo valor.

"Essa é uma das questões que estão mais trazendo controvérsias: quais são os movimentos desse capital, profissional e volátil?", questionou o deputado. "Os fundos exclusivos vão acabar? Buscarão ativos com tratamento e alíquota tributária mais vantajosa?", ponderou. Ele tem dúvidas ainda sobre risco de haver erosão da base tributária.

Outro ponto sensível envolve a bancada ruralista, que se posiciona contra alterações no Fiagro. Originalmente, esses fundos foram criados para estimular o investimento em títulos atrelados à produção rural, por isso os rendimentos são isentos do Imposto de Renda. No entanto, diz um técnico da área econômica, foram detectados casos em que famílias estruturam um Fiagro apenas para gerir sua renda e mantê-la longe da tributação.

A proposta pretende elevar o número mínimo de cotistas para o Fiagro dar direito à isenção, atualmente



em 50. Inicialmente, foi sugerido aumentar para 500. Há, porém, propostas de um meio-termo, um piso de 200 ou 300 cotistas. Discute-se também a possibilidade de estabelecer prazos para a adaptação dos fundos a um número maior de investidores. É outro ponto em aberto. A pressão é pela retirada do artigo que modifica os Fiagro.

Outras modificações já estão bem acordadas com o governo, segundo a fonte da área técnica. Por exemplo, a retirada dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FDIC) da regra do "come-cotas" e a manutenção do tratamento tributário atual aos investidores não residentes no Brasil. Ficou acertado também que a responsabilidade de recolhimento do imposto, em caso de venda de cota entre participantes, é do cotista e não do administrador do fundo.

Pedro Paulo destacou que o projeto busca igualar o tratamento tributário entre grandes e pequenos investidores. "Note-se que não estamos falando nessa proposta de progressividade tributária na renda do capital, tirando dos mais ricos e dando aos mais pobres, o que erroneamente se atribui como intenção desse projeto, como uma espécie de proposta Robin Hood", disse.

Outra consequência será trazer aumento da arrecadação para ajudar a zerar o déficit primário do governo federal, o que é "desejo primeiro e urgente" do Executivo, afirmou o deputado.

"Não estamos falando em tirar dos mais ricos e dar aos mais pobres" Pedro Paulo

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187688>



# STJ permite ao Fisco exigir devolução imediata de créditos

**Joice Bacelo**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, pela primeira vez, sobre um tema de impacto para as empresas exportadoras. Envolve o chamado "fast-track", regime em que a **Receita Federal** permite o ressarcimento de créditos acumulados de PIS, Cofins e IPI de forma antecipada.

Ficou decidido que se a fiscalização constatar que o crédito ressarcido não era devido, a empresa que recebeu o dinheiro terá que devolvê-lo de forma imediata para a União. Na prática, o contribuinte terá que fazer o pagamento, mesmo se não concordar com o Fisco. Depois poderá iniciar um processo administrativo para contestar a decisão que invalidou o crédito.

A situação é diferente do que ocorre com as cobranças fiscais em geral. Normalmente, enquanto o contribuinte discute no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, a exigibilidade do tributo fica suspensa.

A primeira decisão sobre esse tema no STJ foi proferida pela 2ª Turma em um caso envolvendo a Bunge, multinacional de alimentos e agronegócio. Todos os ministros do colegiado votaram pela devolução imediata dos valores (REsp n-2.071.358).

Especialistas dizem que essa discussão é relevante para o mercado como um todo. Isso porque as empresas exportadoras costumam acumular muitos créditos por conta do regime da não cumulatividade. Compram matéria-prima com **tributos**, que geram créditos, mas eles não têm vazão porque as vendas para o exterior são isentas de tributação.

Vem daí a possibilidade de ressarcimento. A legislação brasileira prevê que, quando uma empresa acumula crédito por três meses, ela pode apresentar pedido para receber esse crédito acumulado em espécie. A forma tradicional disso, no entanto, costuma ser burocrática e demorada.

O chamado "fast-track" foi uma medida criada para acelerar esse processo. A Receita antecipa os valores para as empresas que estão habilitadas no regime antes de fazer a análise do crédito.

"Representa alívio de caixa. Para algumas empresas é questão de vida ou morte", diz Marcos Matsunaga, sócio do escritório Ferraz de Camargo e Matsunaga Advogados.

"O objetivo [do fast-track] é melhorar o fluxo de caixa das exportadoras" Bruno Fajersztajn

Para as exportadoras em geral esse adiantamento é de até 50% do valor total do pedido. Já a Bunge está em um regime mais benéfico, direcionado para a cadeia da soja, em que podem ser adiantados até 70% dos valores.

A discussão, no STJ, envolve cerca de R\$ 150 milhões referentes à restituição de créditos acumulado de PIS e Cofins. A empresa havia perdido no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), com sede em Porto Alegre, e recorreu, então, à Corte superior.

No dia do julgamento, o advogado Bruno Fajersztajn, representante da Bunge no caso, defendeu aos ministros que "um mero indeferimento por parte da **Receita Federal**, objeto de recurso, não poderia justificar" a devolução dos valores.

Passaria por cima do devido processo legal e do direito ao contraditório e à ampla defesa, disse, acrescentando que a empresa não se opõe em devolver os valores se houver a confirmação da existência do débito.

"Interpretação [pela devolução imediata] é excessivamente rigorosa. Descabida", afirmou Fajersztajn aos ministros. "O objetivo [do fast-track] é melhorar o fluxo de caixa das empresas exportadoras", enfatizou.

Mas não foi suficiente para convencer a 2ª Turma do STJ. O relator, ministro Francisco Falcão, leu somente a ementa do seu voto. Concluiu rejeitando o recurso da empresa e deu o caso por encerrado.

O ministro Mauro Campbell Marques foi o segundo a proferir o voto. Mas ele tratou o tema de forma mais detalhada. Disse que, em virtude do artigo 74 da Lei n-9.430, de 1996, "não há que se falar na suspensão do débito nos casos em que o valor objeto de ressarcimento tenha sido indeferido pela **Receita Federal**, ainda que se encontre pendente de decisão

definitiva na esfera administrativa".

Campbell afirmou ainda que há precedente na Corte para afastar a suspensão da exigibilidade quando as compensações são consideradas como não declara-

das pela **Receita Federal**. "Para ressarcimento se aplicam esses mesmos efeitos, ou seja, não há direito líquido e certo da suspensão da exigibilidade do débito a ser devolvido", complementou.

Os demais ministros da 2ª Turma não leram os seus votos no dia do julgamento. Informaram apenas que concordavam com o entendimento do relator e do ministro Campbell.

A Bunge ainda pode apresentar embargos de declaração à turma. Esse recurso, no entanto, não muda o mérito. Serve somente para esclarecer dúvidas e obscuridades do acórdão.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirmou, por meio de nota, que o valor objeto de devolução não tem natureza de dívida tributária e, por esse motivo, não se aplica a regra da suspensão da exigibilidade.

"Trata-se de devolução de valores recebidos a título de créditos presumidos, obtidos em sede de ressarcimento. Ou seja, valores decorrentes de um favor fiscal previsto no artigo 31 da Lei n-12.865, de 2013", disse.

Consta também na nota que o contribuinte, "ao valer-se da faculdade de postular o pronto ressarcimento de 70% de seus créditos, assumiu o risco de ter que devolver, tão prontamente como recebeu, o montante que fosse glosado" pelo Fisco. "Tal consequência restava expressamente prevista na Portaria MF nº 348, de 2014", concluiu a PGFN.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187688>

# 32 mil contribuintes de MT devem R\$ 8,5 bilhões

**Silvana Bazani**

Lista de devedores da **Previdência Social** reúne 32.656 contribuintes mato-grossenses com débito acumulado de R\$ 8,5 bilhões. A quantia representa 20,4% do saldo devedor total de R\$ 41,8 bilhões com a União, atribuído a pessoas jurídicas de Mato Grosso. Entre os milhares de inadimplentes relacionados, há casos de dívidas a partir de R\$ 28 até R\$ 235 milhões com o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), segundo a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Além dos débitos previdenciários, a PGFN inclui na Dívida Ativa pendências de pagamentos dos contribuintes como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Imposto de Renda (IR), PIS, Cofins e CSLL.

As dívidas previdenciárias agravam a condição deficitária do regime público de **Previdência Social** no Brasil, diante do aumento da expectativa de vida e do envelhecimento da população no país, observa o economista Jonil Vital de Souza. De acordo com pesquisa da Brain Inteligência Estratégica, a idade média no Brasil está por volta de 40 anos, indicando rápido envelhecimento dos brasileiros. O bônus demográfico no país deve terminar por volta de 2035, ou seja, em pouco mais de uma década, considerando que há forte queda na natalidade.

Projeções populacionais realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) antes da pandemia de Covid-19 sinalizaram que a população economicamente ativa vai aumentar no Brasil até 2040.

Vivendo em Mato Grosso há 344 mil pessoas com idade acima de 60 anos, número equivalente a 9,40% do total de habitantes no Estado. A população economicamente ativa, que compõem a força de trabalho, soma 2,7 milhões ou 75% da população estadual de 3,6 milhões de pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É crescente a pressão por enquadramento no Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS). Nos últimos dez anos, o estoque de processos para análise do **INSS** saltou 7.166%. A fila de mato-grossenses aguardando um parecer do órgão federal reúne atualmente 29.569,

após incluir 25.106 novos requerimentos neste período. Em 2013 eram 4.463 pessoas por todo o Estado esperando uma decisão do Instituto previdenciário para se aposentar ou ter acesso à **seguridade social** em caso de doença, morte, acidente de trabalho, maternidade, entre outros.

Déficit aumentou 33,7% desde 2021

Da Redação

Déficit atuarial do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) de Mato Grosso aumentou 33,7% de 2021 para 2022. Segundo relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o resultado atuarial deficitário passou de R\$ 42,3 bilhões para R\$ 56,6 bilhões.

O déficit é consequência de desequilíbrio entre a rentabilidade necessária e aquela obtida e contabilizada pela previdência.

"Para os servidores que ingressaram na administração pública estadual após janeiro de 2014 vigora um regime de capitalização onde os aportes das contribuições, por serem maiores que as despesas, são aplicadas de forma a suportar o ônus futuro. Para tanto, foram previstos aportes por parte do governo de forma a zerar o déficit em 2026, que foi postergado para 2028.

A situação dos militares são tratadas a parte desses dois planos, contudo representa importante componente nas despesas de governo para **seguridade social**", afirma o economista Jonil Vital de Souza. Em busca do ponto de equilíbrio é preciso realizar o cálculo atuarial anualmente, acrescenta o economista Edisantos Amorim. "Você conserta a curto prazo, mas analisa a longo prazo", ensina. (SB)

Alíquota é alterada para 14% no Estado

Da Redação

Reformas previdenciárias nos últimos anos evidenciam as tentativas dos governos federal, estaduais e municipais de manter um sistema de **seguridade social**. Em Mato Grosso, a última alteração promovida pelo governo do Estado elevou a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores para 14%.

Os aposentados e pensionistas representavam 46,6% da folha de pagamento dos servidores ativos, segundo relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE) de 2022.

Para equacionar passivos, a administração pública divide os regimes em dois modelos constitucionais, o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) e o Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS).

No caso de Mato Grosso, por meio da lei nº 11.643/2021 foi estipulada a segregação do RPPS dos **servidores públicos** estaduais em dois grupos, explica o economista Jonil Vital de Souza. O Plano Financeiro abarca os servidores ingressantes até 31 de dezembro de 2013, bem como aposentados e pensionistas que estavam nessa condição até 31 de dezembro de 2017. Este grupo reunia 56.806 servidores entre ativos, aposentados e pensionistas em 2022, com déficit atuarial de R\$ 1 bilhão. O Plano Previdenciário inclui servidores ingressantes após 1º de janeiro de 2014, além de aposentados e pensionistas a partir de 1º de janeiro de 2018, somando 16 mil servidores. (SB)

**Site:** <https://www.gazetadigital.com.br>

# Governo teme impacto de correção do FGTS e busca diálogo com Supremo

**Guilherme Pimenta**

A equipe econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) corre para evitar uma despesa primária de até R\$ 8,6 bilhões nos próximos quatro anos para remunerar as contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) caso prevaleça o voto do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), em ação que discute o índice de correção do fundo.

A expectativa é que os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Cidades, Jader Filho, se dirijam ao Supremo nesta semana para apresentar os novos cálculos e argumentos do governo. Além do impacto fiscal, o Executivo avalia que a decisão pode inviabilizar o financiamento do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

A corte pautou para esta semana o julgamento que discute a aplicação da Taxa Referencial (TR) como índice de correção dos saldos das contas vinculadas do FGTS. Barroso, relator da ação, votou para afastar a TR e aplicar uma taxa de correção que não seja inferior à da caderneta de poupança. O ministro André Mendonça seguiu seu voto. O julgamento será retomado com o voto do ministro Nunes Marques. Em maio, Haddad chegou a agradecer a suspensão da análise ao dizer que o governo precisaria calcular novamente seus impactos a partir do voto de Barroso.

O processo chegou ao Supremo a partir de uma ação proposta pelo partido Solidariedade, que argumentou que o FGTS é uma poupança compulsória em favor do trabalhador e que a correção das contas pela TR dilapida esse patrimônio. A Defensoria Pública e a Confederação Nacional do Trabalhadores em **Seguridade Social** (Cnnts/CUT) tiveram o mesmo entendimento.

A Advocacia-Geral da União (AGU), por outro lado, sustenta que foi a adoção de um sistema de remuneração baseado na TR que tornou possível a concessão de crédito pelo FGTS a custos menores.

Além disso, o órgão jurídico do governo avalia que duas leis recentes alteraram a forma de remuneração das contas do FGTS e modificaram o panorama questionado na ação. Com a alteração legislativa, o FGTS passou a distribuir uma parcela de seus lucros

aos cotistas do fundo, levando a remunerações superiores às da TRe à **inflação**.

Nos termos do pedido do Solidariedade, o impacto para as contas públicas chegaria a quase R\$ 300 bilhões, de acordo com os cálculos da equipe econômica. Assim, avaliam que, caso o pedido não seja negado completamente pelos ministros do Supremo, o voto de Barroso, que é mais benéfico do que o pedido inicial, deve prevalecer para mitigar os impactos fiscais. Ainda assim, o voto do ministro foi uma surpresa para o governo na ocasião, já que não era possível avaliar quais os impactos da correção pela caderneta de poupança.

O governo avalia que o julgamento será apertado e mapeia os votos dos ministros. Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, segundo avaliam, são as maiores incógnitas. Por isso, contam com um pedido de vista para que o caso seja retomado no futuro já com o novo ministro do Supremo, ainda a ser indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Governo avalia que o julgamento será apertado e mapeia os votos dos ministros

No primeiro cenário traçado pela União, levado recentemente aos ministros do Supremo, a despesa primária para recompor o fundo somaria R\$ 8,6 bilhões até 2026, já que a correção pela poupança seria superior ao resultado projetado. No próximo ano, por exemplo, uma despesa de R\$ 2,6 bilhões teria de ser realizada para que o FGTS continuasse a oferecer descontos no custeamento do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. A Fazenda quer evitar esse impacto, já que tem a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024.

"Alerta-se para o potencial de redução de despesas discricionárias para o cumprimento do limite de despesas, considerando a aprovação do novo arcabouço fiscal", aponta o governo em documento distribuído aos ministros do STF não disponibilizado no processo e ao qual o Valor teve acesso.

No segundo cenário, com uma mudança na remuneração do FGTS pela poupança, a equipe econômica avalia que as taxas de juros praticadas pelo FGTS precisariam ser elevadas para garantir a rentabilidade do fundo. Nesse caso, de acordo com os

cálculos do governo, haveria um aumento anual de até 2,75% nas taxas do faixa 1 do programa habitacional, para famílias com renda bruta familiar mensal até R\$ 2.640. Como há um limite de comprometimento de renda para obter o financiamento, caso houvesse esse aumento, o governo avalia que 234 mil famílias não teriam acesso ao programa.

Em um outro cenário, o governo avalia que o desconto a ser oferecido às famílias beneficiadas seria menor para garantir a rentabilidade do fundo. Nesse caso, de acordo com os cálculos do governo, 129 mil famílias não obteriam descontos no financiamento "Louvamos o voto do ministro Barroso, pois ele não mexe com o passado", avaliou o ministro-substituto da AGU, Flavio José Roman. "Mas não podemos deixar de apontar ao STF que a expectativa futura do fundo é desafiadora em função de seu voto. Por isso, continuamos defendendo a improcedência da ação." Caso o voto de Barroso prevaleça, o governo sustenta que seria necessária uma modulação para alcançar somente futuros depósitos, e caso essa tese seja acatada pelo Supremo, haveria um impacto de R\$ 3,3 bilhões às contas públicas nos próximos quatro anos.

O governo quer convencer os ministros do Supremo com uma avaliação de que a mudança na remuneração dos saldos do FGTS não promove justiça social. Isso porque, de acordo com dados da Caixa Econômica Federal, 85% das contas possuem saldo médio de R\$ 2,7 mil, e a correção desses saldos pela poupança levaria a um acréscimo anual médio de somente R\$ 82 por conta. Por outro lado, 1% das contas do fundo, que tem saldo médio de R\$ 63,9 mil, teriam um acréscimo médio de R\$ 1,9 mil.

A diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), Vilma Pinto, avalia que a despesa de R\$ 8,6 bilhões é pequena em relação ao Orçamento da União, mas pondera que o espaço fiscal é apertado em 2024 para a meta de zerar o déficit. "Qualquer desvio de rota que venha gerar aumento de despesa ou reduzir receitas aumenta o risco para a meta de primário. Neste ano a meta não é uma restrição, mas ano que vem será."

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187688>



# A importância de focar o ajuste fiscal pelo lado do gasto - SERGIO LAMUCCI

**SERGIO LAMUCCI**

A meta do governo federal de zerar o déficit primário da União em 2024 é vista como uma possibilidade remota, dependendo da obtenção de um volume de receitas adicionais de R\$ 168,5 bilhões, muito difíceis de serem alcançadas. Para que o alvo seja cumprido, ou pelo menos não fique tão distante, o governo terá de mirar também no gasto, a principal fonte de problemas das contas públicas do país. As despesas são muito elevadas e excessivamente rígidas, marcadas por gastos de baixa eficiência, que pouco ou nada contribuem para aumentar a capacidade de crescimento do país a taxas mais altas.

Para tentar cumprir a meta de déficit zero, é provável que o governo anuncie um bloqueio de gastos no começo de 2024, recorrendo ao chamado contingenciamento de despesas. Mais do que usar esse expediente, porém, é importante que o Executivo trace uma estratégia para combater estruturalmente a expansão dos gastos obrigatórios e reduzir subsídios.

Um número que deixa claro o volume elevado de gastos do setor público brasileiro é o tamanho das despesas primárias (excluindo dispêndios com juros) das três esferas de governo como proporção do **PIB**. Em 2023, elas elevem atingir 40% do **PIB**, crescendo em relação aos 38,3% do **PIB** de 2022, segundo números do Fundo Monetário Internacional (FMI). É o maior percentual entre as principais economias das Américas, superando de longe a média de 29,6% do **PIB** da América Latina e mesmo os 34,4% do **PIB** dos EUA e os 38,2% do **PIB** do Canadá. Os números aparecem no Panorama Econômico Regional para o Hemisfério Ocidental, divulgado na semana passada.

Entre os gastos obrigatórios, a despesa com pessoal é a principal candidata a ser enfrentada, após a reforma da Previdência, aprovada em 2019. Nas contas do FMI, União, Estados e municípios gastam o equivalente a 12% do **PIB** com o funcionalismo, um percentual superior à média de 8% a 9% do **PIB** de países emergentes e latino-americanos. A diferença se deve principalmente ao prêmio elevado existente em relação aos salários do setor privado, mais do que ao número de funcionários públicos, diz o Fundo no relatório anual sobre a economia brasileira, publicado no fim de agosto. Segundo o FMI, o número de **servidores públicos** está na casa de 9% da

população em idade de trabalhar, "em linha com países comparáveis" ao Brasil.

Nesse cenário, o FMI recomenda o ajuste do aumento dos salários a um ritmo inferior ao do **PIB** nominal, corrigindo os vencimentos pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por exemplo, além de sugerir políticas focalizadas de não reposição integral do número de funcionários que deixam o serviço público ou se aposentam. Essa combinação poderia poupar até 1 % do **PIB**, estima o FMI, avaliando que economias adicionais podem ser obtidas por mudanças na progressão de carreiras e nos serviços, além de alterações nas estruturas salariais.

Ideias como essas, porém, precisam ser implementadas com cuidado, para que órgãos importantes não sofram com falta de pessoal, devido à não substituição expressiva de servidores que se aposentam ou deixam o serviço público. O Ibama, o IBGE e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) são exemplos de instituições que passam por problemas por insuficiência de funcionários. Com precauções para evitar esse tipo de armadilha, porém, é essencial uma reforma administrativa que mire o tamanho de gastos com o funcionalismo em relação ao **PIB**, focando especialmente na modernização do serviço público e na definição de critérios para a avaliação dos servidores.

O novo arcabouço fiscal não foi concebido para enfrentar o problema do crescimento do gasto, pelo contrário. Foi desenhado para garantir a expansão contínua das despesas acima da **inflação**, de 0,6% a 2,5% ao ano, o que exige como contrapartida o salto da arrecadação para que as metas fiscais sejam atingidas. No entanto, como a meta de zerar o déficit primário da União em 2024 é quase impossível, o governo terá que lidar também com o avanço das despesas, para que não seja visto como leniente com a situação fiscal do país.

Outro grande problema fiscal do Brasil é a rigidez do Orçamento. Mais de 90% das despesas são obrigatórias, indicando a baixíssima margem de manobra do governo na condução das contas públicas. No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do ano que vem, a previsão é que esses gastos correspondam a 91,6% dos dispêndios totais,



percentual menor que os 943% do projeto de 2023. Especialistas em contas públicas, porém, dizem que há despesas obrigatórias subestimadas, como as estimadas para os gastos previdenciários, que podem ser até R\$ 20 bilhões superiores às previsões que aparecem na proposta de Orçamento de 2024. Com isso, o espaço para despesas discricionárias (aquelas sobre as quais o governo tem controle) tende a ser menor do que o sugerido no PLOA do ano que vem. O ajuste então tenderá a ser feito pelo corte de investimentos, como sempre ocorre em momentos de necessidade de contenção de despesas.

A esta altura, é possível que alguém pergunte sobre as despesas com juros, de fato muito altas num país como o Brasil. Nos 12 meses até agosto, os gastos com juros nominais da dívida bruta somaram R\$ 791,740 bilhões, ou 7,6% do **PIB**. São números sem dúvida muito elevados. O melhor caminho para reduzi-los é por meio de uma política fiscal que estabilize e reduza o endividamento bruto como proporção do **PIB** ao longo do tempo, o que passa por enfrentar o incômodo problema da expansão dos gastos obrigatórios. Não é obviamente fácil, mas é o que pode assegurar juros mais baixos de modo sustentado, aliviando as despesas financeiras do setor público. Um ajuste só pelo lado da receita não será bem-sucedido, e já há sinais importantes de que essa opção é inviável.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187688>

# Sobre baleias e tubarões, super-ricos pobres - BRUNO CARAZZA

Mineiro como sou, nunca tive a sorte de ver uma baleia de verdade na minha frente. Por isso não consigo imaginar um animal que pode atingir os 30 metros de comprimento, mais de 17 vezes a altura de uma pessoa comum.

A discrepância entre as dimensões de uma baleia-azul e um ser humano é uma alegoria utilizada pelo sociólogo Marcelo Medeiros para ilustrar a diferença entre um brasileiro mediano e aqueles que ocupam o topo da cadeia alimentar da distribuição de renda em nosso país.

No recém-lançado "Os Ricos e os Pobres: o Brasil e a desigualdade", o pesquisador do Ipea e atual professor na Columbia University recorre a diversas imagens para ilustrar aquilo que, para mim, os números já demonstram com eloquência acachapante.

Segundo Medeiros, nem a comparação entre o tamanho das baleias e o de uma pessoa comum é páreo para descrever a disparidade de renda brasileira, uma vez que as pessoas pertencentes ao 1% mais rico no Brasil ganham 24 vezes mais do que um brasileiro mediano.

E neste ponto é importante deixar claro o que estatisticamente representa um "brasileiro mediano" e aqueles que estão no topo da escala remuneratória.

Todos sabemos que o Brasil é um país de extremos, mas Medeiros nos dá um tapa na cara ao demonstrar que 20% da população adulta (cerca de 30 milhões de pessoas) não possuem renda monetária alguma: são em sua maioria mulheres que executam o trabalho não remunerado de cuidar de suas famílias, desempregados e estudantes.

E o pior: no estrato seguinte há em torno de 30% de indivíduos que vivem com menos de um salário-mínimo (R\$ 1.320,00) por mês. Assim, a renda mediana da população brasileira (isto é, o nível de ganhos que separa os 50% mais pobres dos 50% mais ricos) gira em torno de R\$ 14 mil por ano (ou 1.166,67 por mês).

De vez em quando eu ainda escorrego na armadilha de associar o grupo ao qual pertencço e a maioria das pessoas com as quais convivo como "classe média". Os números apresentados por Marcelo Medeiros

explicitam o quanto essa visão é errônea: no Brasil atual, uma renda de pouco mais de R\$ 4 mil por mês já te coloca na porta de entrada dos 10% mais ricos do país.

Imagino que boa parte dos leitores desta coluna tenha rendimento superior a R\$ 7 mil por mês brutos, ainda mais se considerados, além do salário, os pagamentos proporcionais de 13- e adicional de férias ou, para quem presta serviços ou é empresário, o pró-labore e a distribuição de lucros e dividendos. Se você se encontra neste grupo, pertence aos 5% de renda mais alta no Brasil.

Indo um passo além, o pesquisador do Ipea e da Universidade de Columbia calcula que uma renda de R\$ 28 mil por mês já credencia uma pessoa a pertencer ao estrato de 1% de renda mais alta no Brasil. Este valor é menos do que ganham médicos ou advogados privados de razoável sucesso nas grandes capitais brasileiras. Também boa parte da elite dos **servidores públicos** federais (magistrados, promotores, advogados públicos, fiscais da Receita e técnicos do Tesouro e do Banco Central, por exemplo) faz parte desse exclusivíssimo grupo de cerca de 1,5 milhão de adultos que integram o top 1% da pirâmide de renda no Brasil.

Mas, como Medeiros não se cansa de repetir no livro, "o Brasil é extremamente desigual e a desigualdade está concentrada no topo".

Em outro dado surpreendente de "Os Ricos e os Pobres", para cada R\$ 5 gerados anualmente no Brasil, pelo menos R\$ 1 fica nas mãos da parcela dos 0,5% mais ricos. Em outras palavras, 20% da renda anual é concentrada em cerca de 750 mil adultos brasileiros. E aqui estamos falando de quem ganha pouco mais de R\$ 46,5 mil por mês.

Em outra grande tirada do livro, o autor destaca que "para saber o que faz uma sociedade ser desigual é preciso entender o que faz os ricos ricos". Segundo os dados computados por Medeiros, o 1% mais rico do país (aqueles que ganham mais de R\$ 340 mil por ano) extrai boa parte de seus proventos da distribuição de lucros e dividendos (24%), ganhos de capital (9%), rendimentos financeiros (6%), heranças e meações de patrimônio em divórcios (5%). Ou seja, quase a metade da renda declarada do 1% mais abastado no

Brasil advêm dos rendimentos gerados por poupança passada ou por lucros e outros ganhos de capital.

É neste ponto que a agência do governo entra em choque com os interesses do 1 % mais rico. A introdução de uma nova tributação sobre fundos exclusivos e offshores e o fim da dedução de juros de capital próprio são propostas de Fernando Haddad que estão sofrendo grande resistência no Congresso Nacional. Imagina-se que gritaria ainda maior ocorrerá quando o governo tentar acabar com a isenção da tributação sobre lucros e dividendos.

Independentemente da minha condição de mineiro, algumas vezes na minha vida tive a oportunidade de conhecer e trocar ideias com algumas grandes baleias que vivem nas águas profundas do 0,5% e além da distribuição de renda no Brasil.

Mesmo que alguns dessas potências da economia nacional sejam dóceis e outros (alguns espécimes raros) admitam ser justo pagarem mais **impostos** em nome de uma maior igualdade de renda no Brasil, o governo não conseguirá vender o seu peixe se não apresentar projetos consistentes de aplicação desses recursos extras.

A perspectiva de ver sua riqueza sangrar para alimentar os tubarões que vivem de emendas parlamentares e de um Estado inchado não levará as baleias do 0,1 % (quem recebe acima de R\$ 310 mil/mês) a serem fisgadas pelo discurso da melhor distribuição de renda.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187688>

# Cresce o risco de o Senado desconfigurar a reforma tributária (Artigo)

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma sobre a tributação do consumo de bens e serviços (PEC 45/19), após dois adiamentos, prometeu entregar seu parecer em 24 de outubro. Até a última sexta-feira, de acordo com o site do Senado Federal, já tinham sido apresentadas 429 emendas, a maioria delas (cerca de dois terços) desfiguram ainda mais o texto aprovado na Câmara, que já havia introduzido, na excelente proposta inicial do deputado Baleia Rossi (MDBSP), um número enorme de isenções, alíquotas reduzidas e regimes especiais, mas ainda assim representava um grande avanço em relação ao manicômio tributário atual.

A PEC 45/19 já foi objeto de inúmeros debates, análises de especialistas e incansáveis esclarecimentos prestados pelo principal idealizador da proposta, o economista e secretário do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Apesar disso, é impressionante observar como ainda não foi compreendida por grande parte dos empresários, analistas e políticos, mesmo quando movidos por genuína intenção de melhorar a proposta.

O novo tributo sobre o consumo (IVA), composto por uma parcela federal e outra para os demais entes federativos, terá legislação única e arrecadação centralizada para todo o território nacional. Será cobrado no destino, o que acabará definitivamente com a guerra fiscal e com as inúmeras distorções alocativas regionais.

Quanto mais exceções, alíquotas reduzidas e isenções tiver, mais complexo e ineficiente se tornará e maior será a alíquota que precisará ser cobrada dos demais setores.

Objetivos sociais e estímulos setoriais ou regionais devem ser estabelecidos por políticas públicas próprias, e não podem ser tratados no IVA, sob pena de o tornar complexo e pouco eficiente.

Um exemplo das emendas descabidas, com risco de ser aceita pelo relator, é a que estabelece alíquota reduzida em 60% para os serviços de transportes de cargas, apresentada pelo senador Laércio de Oliveira (PP-SE). É incrível, mas parece que o setor interessado e o próprio senador ainda não entenderam os seguintes pontos do novo IVA: 1) a maior parte das empresas de transporte de carga estão no meio da

cadeia produtiva, e o imposto que vierem a pagar gerará crédito para seus clientes, tornando-se neutro para sua atividade; 2) os veículos que vierem a adquirir (por exemplo, caminhão) serão considerados como investimentos e deverão ficar isentos do IVA; 3) a PEC já prevê um regime simplificado para transportadores autônomos, que poderão optar por não ser contribuintes e transferirem crédito a seus clientes.

No IVA, cobrado por débito e crédito em cada fase do processo produtivo, isenções, reduções de alíquotas e regimes especiais devem se restringir a situações muito específicas, não podem ser a regra, mas apenas a exceção. Se não for assim, grande parte do ganho de eficiência alocativa será perdida.

A PEC 45 ainda não foi compreendida por grande parte dos empresários, analistas e políticos

Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# "Melhora de nota pede estabilidade de regras fiscais"

**EDUARDO LAGUNA**

O diretor executivo da Fitch Ratings no Brasil, Rafael Guedes, entende que as perspectivas fiscais do País entraram em um viés negativo desde julho, quando a agência elevou a nota de crédito soberano: de BB para BB. Ele pondera, no entanto, que não será o resultado fiscal do ano que vem que vai determinar a trajetória de rating do Brasil.

"Os números de déficit fiscal têm um viés negativo alto.

Nós ainda damos o benefício da dúvida de que o governo vai conseguir passar medidas para aumentar a arrecadação e, se não for o caso, tomar medidas para, pelo menos, reduzir o déficit em 2024, afirma, em entrevista ao Estadão/Broadcast.

O executivo avisa que, caso o governo ceda às pressões de aliados para mudar a meta já em 2024, primeiro ano do novo arcabouço fiscal, não será algo bem-visto nem pelo mercado nem pelas agências de classificação de risco.

A possibilidade de o País voltar a ter sua nota elevada, aponta, vai depender de o governo mostrar que, mesmo com endividamento elevado, está avançando em reformas capazes de acelerar o crescimento econômico e tomando medidas para diminuir o buraco das contas públicas. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como o senhor está acompanhando a evolução das métricas de crédito observadas pela Fitch na avaliação do Brasil?

Estamos sempre olhando três, cinco, sete anos (à frente).

Sabemos que no curto prazo as economias têm ciclos e muita volatilidade. Geralmente, levamos o Brasil duas vezes por ano ao comitê, e sabemos que nesse período haverá muita oscilação. O déficit primário também é uma preocupação nossa. Desde o começo, trabalhamos com o governo estressando a sua margem de 0,25 ponto porcentual para cima ou para baixo (tolerância do novo arcabouço às metas de resultado primário). Sempre trabalhamos em nossos modelos com o número mais baixo da faixa para cada

ano. Trabalhamos também com número de crescimento (da economia) menor. Mas, obviamente, os números de déficit fiscal têm um viés negativo alto. Nós ainda damos o benefício da dúvida de que o governo vai conseguir passar medidas para aumentar a arrecadação e, se não for o caso, tomar medidas para, pelo menos, reduzir o déficit em 2024. Mas não é 2024 que vai determinar a trajetória de rating do Brasil. Tem outras coisas, como custo da dívida e, principalmente, o crescimento da economia. Nesse aspecto, o Brasil tem surpreendido positivamente.

Ou seja, mesmo se o governo não ficar com o déficit dentro da meta do ano que vem, isso não vai influenciar a análise de rating.

Será preciso observar a composição de tópicos: crescimento, custo da dívida, andamento das reformas que levam a um crescimento maior. Um país nunca é rebaixado ou elevado por um único fator. Mencionei apenas os três principais.

Como o senhor acompanha a pressão, exercida pela ala política do governo, por revisão já da meta do arcabouço?

O que a equipe econômica defende é: "Vamos fazer o nosso melhor e o que for possível para atingir essa meta". Sabe que existem alguns controles como o contingenciamento. Certamente, não é uma solução bem-vista nem pelas agências de rating nem pelo mercado mudar a regra no primeiro momento de dificuldade.

O senhor diz que o Brasil ainda tem um longo caminho para recuperar o grau de investimento. O que é preciso fazer?

O crescimento vem por meio de reformas e estabilidade das regras. A reforma trabalhista de anos atrás não deveria ser considerada como o fim das reformas trabalhistas. Tudo isso leva ao aumento dos investimentos no Brasil, que hoje não são compatíveis a um país que quer crescer pelo menos 3% ao ano. Temos de atrair investimentos de empresas estrangeiras, mas principalmente de empresas brasileiras. Ninguém vai investir se não houver perspectiva de crescimento no longo prazo e estabilidade de regras.

Então, para (obter) grau de investimento, (é preciso) estabilidade de regras, mais reformas e refinar as que já foram feitas. A **reforma tributária** tem de sair. O caminho dela está certo, agora resta ver o que vai sair do Congresso.

Tem a outra parte que é o endividamento.

Você consegue reduzir o endividamento com maior crescimento, mas não quando tem déficits primários razoáveis. Quando recebeu o grau de investimento, o Brasil tinha déficit nominal menor de 3% e endividamento menor de 60%. Hoje, o déficit é o dobro disso e estamos com 75% de endividamento em relação ao **PIB** (Produto Interno Bruto).

Se o Brasil fizer essa lição de casa, e conseguir crescer mais, é viável pensar em grau de investimento em três anos?

Quando a gente fala em perspectiva, estamos tentando dar uma previsão ao mercado, no sentido de que, com os dados que temos hoje, não cremos que essa nota será alterada no horizonte de 18 a 24 meses. O Brasil teve a nota elevada com perspectiva estável. Então, não quer dizer que seja impossível.

Em três anos, tudo vai depender da rapidez com que determinadas medidas sejam endereçadas e de como o governo vai se comportar em relação à política fiscal. Se a agência entender que, mesmo com endividamento alto, o País está tomando medidas que vão levar ao crescimento mais rápido e que medidas estão sendo tomadas para controlar o déficit, pode ter ações de rating positivas.

"Se a agência entender que o País está tomando medidas que vão levar ao crescimento mais rápido e ao controle do déficit, pode ter ações de rating positivas, mesmo com uma dívida mais alta"

Diretor executivo da agência de classificação de risco, na qual está há 24 anos, trabalhou também, por oito anos, no banco suíço UBS

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Custo do saneamento básico pode sofrer impacto com Reforma Tributária

Com a tramitação da **Reforma Tributária**, o setor de saneamento básico alerta para a importância de equiparar, no texto da reforma, o setor de saneamento ao setor de saúde na alíquota reduzida do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Dessa forma, as empresas conseguirão manter a atual arrecadação e continuar realizando os investimentos necessários em infraestrutura.

O movimento encontra apoio no Congresso Nacional. - Há um entendimento entre os senadores de que os argumentos são válidos. Vejo com naturalidade a demanda do setor e estamos trabalhando para a melhor solução - declarou o senador Eduardo Gomes (MDB-TO), um dos articuladores da proposta.

D e acordo com a Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon), para uma alíquota-padrão estimada de IBS/CBS de 27%, a alíquota reduzida em 60% corresponderá a 10,8%, valor considerado adequado para a continuidade da prestação de serviços em saneamento.

O impacto estimado é de leve aumento das tarifas em 0,6%. Atualmente, o setor de saneamento paga apenas PIS/Cofins, com uma alíquota de 9,25%. Não há incidência de ICMS nem de ISS.

- Uma eventual mudança poderia, ainda, impactar nos contratos de prestação de serviços em vigor, provocando reequilíbrios de valores e comprometendo a capacidade de investimento das empresas - avalia o economista e sócio executivo da GO Associados Gesner Oliveira. Os estudos disponíveis pela associação mostram que os investimentos para a universalização do saneamento (R\$ 893,3 bilhões) podem gerar 1,5 milhão de empregos até 2033.

A associação reconhece que a **Reforma Tributária** aponta para a melhora da economia e aumento da competitividade, mas que algumas adequações no texto da proposta são importantes para não provocar, por exemplo, aumento no preço das tarifas, impactando, diretamente, o consumidor final.

Caso não haja a adequação, a previsão é de um aumento de 10% a 18% nas contas de água e

tratamento de esgoto.

O aumento na incidência de **tributos** sobre o setor pode chegar a 56%.

A equiparação não é, apenas, uma questão de valores.

Os setores de saneamento e saúde estão interligados por suas políticas públicas.

Quando uma localidade oferece água tratada à população e tem seus resíduos orgânicos recolhidos, diminui a incidência de casos de doenças. Também promove a saúde, a melhora na qualidade de vida da população e até a produtividade dos indivíduos, impactando positivamente a educação e as atividades econômicas.

CONGRESSO NACIONAL As tratativas sobre o assunto com os parlamentares envolvidos na aprovação da reforma estão satisfatórias.

Um dos senadores envolvidos na negociação do setor, Eduardo Gomes (MDBTO) está otimista. Relator da emenda 114 da PEC que altera o Sistema Tributário Nacional, ele vê que há uma boa abertura para o debate no Senado. - Há uma discussão avançada pela neutralidade, ao menos. Os argumentos do segmento são bons e equipará-lo à Saúde faz todo o sentido.

Resolvendo a questão no Congresso, o próximo passo é convencer o Executivo da necessidade da mudança - explicou o senador.

O diretor executivo da Abcon Sindcon, Percy Soares Neto, tem mantido contato permanente com outros senadores, e a receptividade deles tem sido muito boa, segundo ele. A entidade participa no dia 17, em Brasília (DF), de um evento com parlamentares e sociedade civil para discutir o tema. A previsão é que o projeto da **reforma tributária** seja devolvido à Câmara até o dia 20.

- Não queremos causar nenhum desequilíbrio na arrecadação do governo.

Apenas queremos chamar a atenção da sociedade e dos parlamentares de que um ajuste será necessário para que o setor continue operando e consiga realizar



os investimentos necessários para que o país alcance a meta de saneamento global. Esse evento será muito importante para esclarecer nossos argumentos e ganhar ainda mais apoio - declarou Percy.

"Não queremos causar nenhum desequilíbrio na arrecadação do governo. Apenas queremos chamar a atenção da sociedade e dos parlamentares de que um ajuste será necessário para que o setor continue operando e consiga realizar os investimentos necessários para que o país alcance a meta de saneamento universalizado" Percy Soares Neto Diretor executivo da Abcon Sindcon

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP

Custo do saneamento básico pode sofrer impacto com [reforma tributária](#)

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Reforma Tributária pode paralisar tratamento de resíduos sólidos no país

O setor responsável por manejar milhares de toneladas de resíduos sólidos e dar-lhes uma destinação ambientalmente adequada, evitando impactos negativos para o meio ambiente e para a saúde das pessoas, pode ter operações e investimentos comprometidos ou até paralisados.

Caso a **Reforma Tributária** em tramitação no Congresso Nacional seja aprovada com o texto que passou na Câmara dos Deputados, a indústria de resíduos terá uma sobrecarga de **impostos** que acabará por aumentar os custos do serviço para as prefeituras e para o contribuinte.

- O aumento desses custos vai incentivar a informalidade, o desrespeito à lei e a proliferação de lixões - avalia Pedro Maranhão, presidente da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), instituição que representa mais de 200 empresas de gestão de resíduos sólidos no país.

- Quando você sobretaxa esse setor, está sobretaxando proteção ao meio ambiente e à saúde pública - explica.

O projeto de reforma aprovado pela Câmara dos Deputados e que agora está sob análise do Senado desconsidera que a cadeia de manejo dos resíduos sólidos integra o setor de saneamento básico, como o tratamento de água e esgoto, e deveria, portanto, ser submetido à mesma alíquota de IVA que o setor de saúde.

Segundo estimativas do Ministério da Fazenda, o IVA brasileiro terá alíquotas entre 25,4% e 27%, uma das mais elevadas do mundo e superior à média internacional, de 19,2%.

Países como Canadá, Suíça, Austrália, Japão e Coreia do Sul mantêm alíquotas inferiores, entre 5% e 10%. O presidente da Abrema, Pedro Maranhão, destaca que o aumento dos custos para as prefeituras pode chegar a 25%. - Nós mitigamos os problemas ambientais 24 horas por dia e somos um dos setores que contribuem ativamente para a redução das emissões de metano, nocivo gás de efeito estufa.

Se o texto for aprovado como está, o Brasil não vai universalizar o tratamento de resíduos sólidos e não vai cumprir os acordos internacionais de metas

ambientais - pondera.

**IMPACTO NOS MUNICÍPIOS** Estudos da Abrema revelam que o texto atual da reforma, com um IVA estimado de 27%, aumentaria fortemente os custos das empresas do setor: em 25% para aquelas que atuam sob o regime de lucro real e em 64% para aquelas que trabalham no regime de lucro presumido. Para as prefeituras e para os contribuintes, o aumento deve ser da ordem de 25%.

- Quando aumenta a despesa da prefeitura, ela precisa redirecionar e reorganizar o orçamento.

Na ponta, quem paga somos nós - afirma Pedro Maranhão, e explica ainda que, "caso as prefeituras não repassem o aumento de custo para o consumidor, os municípios serão forçados a reduzir investimentos em áreas essenciais, como educação e saúde, por exemplo.

Além disso, o aumento de tributação desestimulará a construção de novos aterros sanitários e deve levar a uma nociva expansão dos lixões no Brasil. Não se pode perder de vista que temos três mil lixões e 30 milhões de toneladas de resíduos que vão para esses locais inadequados a cada ano".

**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL** Os resíduos sólidos gerados pelo consumo da sociedade representam uma ameaça constante ao meio ambiente e à saúde humana se não forem tratados adequadamente. Antes que tivéssemos consciência da necessidade de proteger os ecossistemas, os resíduos eram apenas afastados das residências e dos centros urbanos para ter os lixões como destinação final. Somente nos anos 80 do século passado foram desenvolvidas técnicas que permitiram dar uma destinação ambientalmente adequada aos resíduos.

Foi quando surgiram os aterros sanitários.

Atualmente, os aterros sanitários são consagrados mundialmente para a disposição adequada de resíduos sólidos sem prejuízos ou impactos negativos para o meio ambiente, à saúde pública ou à segurança das pessoas. Essas estruturas são obras complexas de engenharia que impermeabilizam o terreno para evitar a contaminação dos lençóis freáticos. Graças à impermeabilização, o solo e as águas subterrâneas

são preservados. Os produtos da decomposição dos resíduos, como o chorume e o biogás, são captados, tratados e aproveitados.

Um aterro sanitário não pode ser construído sem a devida autorização dos órgãos ambientais. O local para sua instalação é cuidadosamente escolhido, e toda a logística para o transporte dos resíduos é analisada previamente. Quando é encerrada a vida útil do aterro, a área que ele ocupava poderá ser transformada em parque ou servirá para a instalação de outros equipamentos públicos. - A opção mais viável que temos para erradicar os lixões são os aterros sanitários - comenta o presidente da Abrema, Pedro Maranhão - mas a construção de um aterro exige grandes investimentos.

O aumento do imposto incidente sobre o setor não só é injusto como vai onerar a construção de novas instalações, dando assim uma indesejável sobrevida aos lixões.

ATRASO A Política Nacional de Resíduos Sólidos completou 13 anos este ano e ainda não conseguiu alcançar sua meta principal, que é a erradicação dos lixões.

Em 2022, somente 60% dos resíduos coletados no Brasil tiveram destinação adequadamente direcionada para os aterros sanitários.

Os 40% restantes foram descartados ilegalmente em lixões, valas ou vazadouros. Até mesmo as regiões brasileiras que apresentaram os melhores índices de disposição adequada dos resíduos continuam descartando assustadoras quantidades nos lixões. A Região Sudeste direcionou para os aterros sanitários 74% dos resíduos, mas ainda 26% foram espalhados pelos lixões. A Região Sul mostra um quadro parecido: 72% dos resíduos foram para aterros sanitários e 28% para lixões. O retrato mais preocupante é o das regiões Norte e Nordeste, nas quais a destinação adequada do lixo limitou-se a apenas 37%, e a da Região Centro-Oeste, que encaminhou 43% dos resíduos para aterros sanitários.

-O aumento dos **impostos** que recaem sobre as empresas que manejam de forma ambientalmente adequada os resíduos sólidos gerados pelo consumo da sociedade certamente não vai contribuir para a superação desse atraso que assola nosso país - afirma o presidente da Abrema, Pedro Maranhão.

"Temos 3 mil lixões e 30 milhões de toneladas que vão para local inadequado.

Se nós formos taxados, esse número só tende a aumentar.

Vai aumentar a clandestinidade" Pedro Maranhão presidente da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema)

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

**Reforma tributária** pode paralisar tratamento de resíduos sólidos no país

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Imposto mais alto

**VINICIUS NEDER**

Dezesseis estados e o Distrito Federal elevaram a taxa padrão que cobram no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para este ano e para 2024, conforme aponta um levantamento do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

Doze entes federativos adotaram alíquotas maiores já a partir deste ano, após terem aprovado leis ainda em 2022. Em 2023, mais cinco projetos desse tipo passaram nas assembleias legislativas para aumentar o ICMS a partir de 2024.

Os estados alegam que as elevações são parte de uma compensação em reação às medidas adotadas pelo governo federal em meados de 2022 para conter o preço dos combustíveis, limitando a cobrança do ICMS sobre gasolina, diesel e também sobre energia elétrica e telefonia.

No entanto, esse aumento da alíquota ocorre também de olho na **Reforma Tributária**, como uma forma de aumentar a base de cálculo da divisão de recursos entre estados na transição entre o sistema de **tributos** atual e o novo. Isso se a proposta de emenda à Constituição (PEC) tiver sua aprovação finalizada no Congresso. A reforma tramita no Senado desde julho, quando foi aprovada na Câmara dos Deputados, mas há dificuldades para formar um consenso na Casa.

Ainda no governo de Jair Bolsonaro, duas leis foram aprovadas para limitar o ICMS cobrado sobre combustíveis, a conta de luz e os serviços de telecomunicações, em meio à escalada dos preços internacionais do petróleo e à campanha eleitoral para a Presidência.

Aqueles bens e serviços passaram a ser considerados "essenciais" e foram enquadrados na alíquota padrão de cada estado.

Nas contas do Comsefaz, as limitações impostas em 2022 tiram, todos os anos, R\$ 109 bilhões de receita dos orçamentos de prefeituras e governos estaduais, disse o diretor institucional da entidade, André Horta: - Está todo mundo se virando.

Quem ia fazer renovação de estradas não está fazendo, quem tinha planos de abrir hospital não abre. Toda uma série de serviços (públicos) foi contingenciada.

Um dos exemplos de estados que elevaram o ICMS é Pernambuco, onde houve uma perda de arrecadação de R\$ 1,7 bilhão, apenas no ano passado, com as limitações do imposto estadual pela medida federal.

Neste ano, a queda nas receitas estava em R\$ 636 milhões. O governo pernambucano, então, aprovou a elevação da alíquota padrão do ICMS para 20,5%, a partir de 2024, ante os 18% de hoje. A alta foi necessária para garantir o "realinhamento da receita tributária", justificou a Secretaria da Fazenda de Pernambuco.

O Ceará é outro caso emblemático.

Segundo o secretário da Fazenda do estado, Fabrício Gomes Santos, o governo cearense experimentou uma perda de arrecadação de R\$ 1,2 bilhão apenas no segundo semestre do ano passado, por causa da limitação imposta pelo governo federal. Neste ano, no acumulado até agosto, a perda foi de R\$ 1,4 bilhão, na comparação com igual período de 2022.

**ATENÇÃO À SITUAÇÃO FISCAL** Diante dos números, o Ceará resolveu elevar a taxa padrão do ICMS. A alíquota passará a 20%, a partir de 2024, ante os 18% de hoje. Para o secretário, não havia outra saída, mesmo após um corte de R\$ 2 bilhões nas despesas previstas para o Orçamento de 2023.

A alíquota padrão do ICMS é uma referência, cobrada sobre todas as mercadorias, mas cada estado possui uma série de exceções, cobrando mais ou menos para uma série de bens.

Após a limitação da cobrança do ICMS sobre combustíveis, conta de luz e serviços de telecomunicações, o Comsefaz fez um estudo para estimar a quanto a alíquota padrão de 20 estados precisaria subir para compensar as perdas. Segundo o estudo, em torno de 35% da arrecadação média desses estados vieram de mercadorias tributadas pela alíquota padrão.

Horta, do Comsefaz, ressaltou que nenhuma das 17 unidades da federação que já decidiram por alguma elevação no ICMS subiram a ponto de atingir o nível sugerido no estudo da entidade, feito no fim do ano passado.

Gomes Santos, secretário do Ceará, cobra mais atenção da União à situação fiscal dos estados: - O

governo federal tem que olhar para estados e municípios pensando em como retornar à capacidade arrecadatória que os estados tinham antes das leis complementares 192 e 194 (que limitaram o ICMS). Estamos entrando numa **Reforma Tributária** com um patamar de arrecadação muito menor do que seria o ideal e do que eu teria não fossem essas leis federais aprovadas no governo passado.

Além de Ceará e Pernambuco, Paraíba, Distrito Federal e Rondônia aprovaram leis para subir o ICMS de referência a partir de 2024. No caso de Rondônia, a aprovação da lei foi na terça-feira passada, segundo Horta, do Comsefaz.

Já Rio Grande do Norte, que havia elevado a alíquota padrão a 20%, aprovou novo projeto de lei neste ano, retornando o percentual ao patamar de 2022, de 18%.

As elevações no ICMS também têm um olho na **Reforma Tributária** porque a repartição do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) entre os governos se dará com base na arrecadação média verificada entre 2024 e 2028. Ou seja, os governos que aumentarem a arrecadação a partir do ano que vem teriam mais chances de ter uma fatia maior do bolo tributário do futuro IVA.

A reforma prevê a unificação de cinco **impostos** no chamado IVA dual: o imposto estadual ICMS e o municipal ISS serão reunidos no **Impostos** sobre Bens e Serviços (IBS), e três **tributos** federais formarão a nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Horta, do Comsefaz, aposta que a regra de repartição do futuro IVA acabará modificada no Senado, onde tramita a PEC da reforma. Seria melhor, segundo o diretor da entidade, usar na repartição alguma média de arrecadação passada, preferencialmente de antes dos impactos da Covid-19 na economia e, portanto, da limitação ao ICMS imposta no ano passado.

Para Giancarlo Chiapinotto, sócio da PwC e especializado em tributação, o movimento de elevação de percentuais do ICMS pelos estados é um exemplo de como algumas medidas que visam a determinado efeito, na teoria, acabam produzindo resultados diferentes, na prática. No caso da **Reforma Tributária**, a regra de repartição do futuro IBS poderá acabar incentivando um aumento na carga tributária, que, conforme as intenções declaradas do governo federal, não é o objetivo.

- Na teoria, parece fácil, mas quando vamos colocar em prática, acabamos vendo efeito diverso - disse Chiapinotto, lembrando que, em alguns estados, em vez da elevação da taxa padrão do ICMS, foram propostas altas do imposto sobre mercadorias

específicas, consideradas supérfluas, numa alternativa para recompor a arrecadação perdida desde o ano passado.

**INSEGURANÇA JURÍDICA** A PwC publicou um relatório recente sobre os efeitos da **Reforma Tributária** sobre o varejo e a indústria de bens de consumo.

Um dos pontos levantados é que as mudanças propostas são profundas e há incerteza sobre uma série de pontos, muitos deles que serão definidos apenas em leis complementares, aprovadas após a PEC. Para Chiapinotto, a burocracia poderá aumentar para as empresas.

A advogada tributarista Renata Cubas, sócia do escritório Mattos Filho, concorda. Para ela, as mudanças previstas na reforma e a tentativa, especialmente dos governos estaduais, de recompor receitas tributárias perdidas deixa os contribuintes, especialmente as empresas, convivendo com a insegurança jurídica.

- Não se consegue projetar (o quanto será pago de **impostos**). A grande discussão que temos na reforma é de quanto será a alíquota do IVA - disse Renata.

"Estamos entrando numa **Reforma Tributária** com patamar de arrecadação muito menor do que eu teria não fossem essas leis federais aprovadas no governo passado" Fabrício Gomes Santos, secretário de Fazenda do Ceará

"Está todo mundo se virando. Uma série de serviços (públicos) foi contingenciada" André Horta, diretor do Comsefaz

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# FMI "antecipa" Brasil como nona maior economia global

**Álvaro Fagundes e Anais Fernandes**

A combinação de câmbio mais favorável e crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) mais forte do que se esperava vai levar o Brasil a voltar a ser já neste ano a nona maior economia do mundo, segundo nova projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Brasil foi a 11 - maior economia global no ano passado e a previsão do FMI em abril era que o país ganharia uma posição neste ano e chegaria ao nono lugar no ano que vem - a última vez que o **PIB** brasileiro ficou nessa posição foi em 2019, antes da pandemia.

Pela previsão atual, o **PIB** brasileiro somará US\$ 2,127 trilhões neste ano, US\$ 9 bilhões a mais que o Canadá, que cairia para o décimo lugar. Em oitavo lugar, não muito distante está a Itália, com US\$ 2,186 trilhões. O sétimo lugar é da França (US\$ 3,049 trilhões).

A antecipação do cenário, divulgado na semana passada, se deve em grande parte às novas projeções para o crescimento do **PIB**. O Fundo estima agora que a economia brasileira vai crescer 3,1%, ante previsão em abril de alta 0,9%. Essa diferença de 2,2 pontos percentuais foi a quinta maior registrada entre os 191 locais que o FMI fez projeções neste ano, só atrás de economias muito menores que a brasileira: Macau, Samoa, Ucrânia e Geórgia.

"No Brasil, o crescimento tem sido mais resiliente do que o esperado em 2023", apontou relatório do FMI da semana passada.

A surpresa grande com o crescimento do **PIB** do Brasil se dá por uma série de razões, disse na sexta-feira (13) Rodrigo Valdés, diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo. Ele citou na ocasião a força da agricultura, os efeitos de reformas ao longo do tempo e perspectivas macroeconômicas melhores. O FMI projeta que o crescimento do **PIB** brasileiro vai desacelerar para 1,5% em 2024 - cenário similar ao do boletim Focus, consulta semanal do Banco Central com instituições financeiras e consultorias.

A outra parte importante da equação que deve permitir que o Brasil passe o Canadá já neste ano como a nona maior economia global é o câmbio. No cenário

de abril, o Fundo projetava que o dólar médio ficaria em R\$ 5,13 e, em outubro, essa cotação passou para R\$ 4,99. Como a conta envolve o valor do **PIB** corrente brasileiro transformado em dólar, quanto mais valorizada a moeda brasileira, maior é o valor em dólar do **PIB**.

Para ter uma ideia da importância do câmbio, se a previsão do dólar médio para o Brasil seguisse em R\$ 5,13, o **PIB** em valores correntes seria US\$ 47 bilhões menor, o que levaria o país de volta ao décimo lugar.

Apesar do cenário externo turbulento (com dúvidas sobre o rumo dos juros nos EUA e a continuidade da invasão da Ucrânia pela Rússia), o dólar caiu 3,6% no ano em relação ao real. Fatores como o avanço da **reforma tributária** no Congresso, a aprovação do arcabouço fiscal e o crescimento mais forte da economia do que se esperava ajudaram na valorização do real, especialmente até agosto, quando o dólar chegou a estar cotado a R\$ 4,80, ante R\$ 5,45 no início do ano. Na sexta-feira (13), a moeda estava cotada a R\$ 5,09.

A tensão no Oriente Médio desde os ataques do Hamas a Israel é um dos fatores que podem ter impacto no câmbio, na **inflação** e no crescimento econômico global nos próximos meses.

Questionado sobre eventuais impactos da guerra entre Israel e Hamas para o Brasil, Valdés, do FMI, afirmou que o conflito é uma "nuvem escura para o futuro" da economia mundial como um todo, mas também que é "muito cedo para conclusões muito significativas".

Valdés reconheceu que alguns países da região podem se beneficiar de preços do petróleo, por exemplo, maiores, mas a maioria sofreria com isso.

No cenário atual do Fundo, o Brasil cairá para décima economia do mundo em 2025 e subirá para o oitavo lugar no ano seguinte, posição que seguirá até pelo menos 2028, que é o horizonte das previsões do FMI. A grande novidade desse período é que a Índia, hoje a quinta maior economia do mundo, será a terceira em 2028, ultrapassando Japão e Alemanha.

A última vez que o Brasil teve o sétimo maior **PIB** do mundo foi em 2014, mas a crise do país no ano seguinte encerrou um período de cinco anos seguidos

nessa posição e deu início a um período de perda de espaço da economia local na comparação global, culminando como 12-lugarde2021.

Neste ano, o FMI projeta que a economia brasileira representará 2,04% do **PIB** mundial. Em 2014, essa fatia era de 3,09%.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

FMI 'antecipa' Brasil como nona maior economia global

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187688>



# Tributação sobre bebidas é foco de discussão em seminário do Correio

Fernanda Strickland

+

A discussão sobre tributação de bebidas alcoólicas vem ganhando destaque, em grande parte, quando se trata da dose-padrão das bebidas destiladas. Especialistas e autoridades têm debatido a possibilidade de impor taxas adicionais sobre essas bebidas como uma forma de lidar com questões de saúde pública e aumentar a arrecadação de recursos.

Essa questão em torno da **reforma tributária** será debatida no seminário Correio Debate: Alcool e Tributação: uma discussão consciente, um evento realizado pelo Correio Braziliense, em parceria com a Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD), amanhã, a partir das 14h30, na sede do jornal. O encontro reunirá autoridades e especialistas para propor uma discussão consciente sobre a isonomia tributária para o setor. A transmissão será feita ao vivo em todas as redes da publicação.

A tributação de bebidas alcoólicas já é uma prática comum em muitos países, com o objetivo de desencorajar o consumo excessivo e gerar receita para o governo. No entanto, a proposta de tributação específica na dose padrão de bebida alcoólica destilada tem gerado controvérsias. Segundo o economista e consultor sênior da GO Associados Murilo Viana, a dose-padrão é uma ferramenta utilizada em mais de 50 países para auxiliar na responsabilidade no consumo de álcool. A referência permite calcular a ingestão absoluta de álcool. Por exemplo: uma lata de 350ml de cerveja, uma taça de 150ml de vinho ou 40ml de qualquer drink, destilado ou cachaça, têm a mesma quantidade de álcool puro: 14 gramas, exemplifica.

Quando você pensa que o bafômetro não distingue o tipo de álcool ingerido, mas sim a quantidade ingerida, é importante questionar: por que as bebidas possuem tratamento fiscal diferente?, questiona Viana. É preciso entender que álcool é álcool e não podemos ter dois pesos e duas medidas tributárias para tratar a mesma categoria, acrescenta.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que trata da **reforma tributária** sobre o consumo, que começou a tramitar no Senado Federal após aprovação na Câmara dos Deputados, em julho, prevê a implementação de um imposto seletivo sobre bens e

serviços que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. O tributo ganhou o apelido de imposto do pecado, porque deve incidir sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou que possam gerar comportamentos indesejáveis na sociedade, como bebidas alcoólicas, cigarros, refrigerantes açucarados e alimentos com alto teor de gordura e açúcar.

Para a Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD), a desigualdade competitiva fica explícita, ao considerar que os destilados respondem por 10% do mercado e arcam com 36% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de todo o setor de bebidas alcoólicas. Imposto alto não desestimula o consumo e abre o caminho para o crescimento do mercado ilegal de bebidas, principalmente em um cenário de crise econômica, destaca a ABBD, em nota oficial.

## Contradições

Defensores dessa medida argumentam que uma tributação adicional poderia ajudar a reduzir o consumo excessivo de álcool, bem como financiar programas de prevenção e tratamento de doenças relacionadas ao consumo abusivo de bebidas. Estudos indicam uma correlação entre o aumento de preços e a diminuição do consumo de álcool.

Por outro lado, críticos da proposta afirmam que uma tributação adicional poderia impactar negativamente a indústria de bebidas destiladas, levando a possíveis consequências econômicas, como a redução de empregos e o incentivo ao mercado ilegal. Além disso, questionam a eficácia dessa medida em relação à saúde pública, argumentando que é necessário abordar o consumo excessivo de álcool de maneira mais abrangente, por meio de campanhas educativas e políticas de saúde.

No contexto internacional, diferentes países têm adotado abordagens distintas em relação à tributação de bebidas alcoólicas destiladas. Alguns optam por taxas mais elevadas, visando tanto a saúde pública quanto a arrecadação de recursos, enquanto outros preferem manter **impostos** mais baixos, a fim de incentivar a indústria e o turismo.

No Brasil, a tributação sobre bebidas alcoólicas já

existe, mas a possibilidade de uma tributação específica na dose-padrão de bebida destilada ainda está em discussão. Especialistas e representantes do setor têm participado de debates para avaliar os impactos econômicos e sociais dessa medida, bem como seus efeitos na saúde pública.

O diálogo entre especialistas, indústria, governo e sociedade civil é fundamental para encontrar um equilíbrio que atenda aos interesses de todos os envolvidos. É importante ressaltar que qualquer decisão relacionada à tributação de bebidas alcoólicas destiladas deve considerar cuidadosamente os diversos aspectos envolvidos, desde a saúde pública até o impacto econômico.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - DF  
Tributação sobre bebidas em discussão

**Site:**

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/10/5134475-tributacao-sobre-bebidas-e-foco-de-discussao-em-seminario-do-correio.html>

# Reforma tributária: relator sugere avaliação de incentivos fiscais a cada cinco anos

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

Eduardo Braga defendeu a inclusão, na **reforma tributária**, de uma revisão periódica de subsídios fiscais, a cada cinco anos

Emedebista ainda não definiu se inserirá ideia no relatório, que vai apresentar até o dia 27 de outubro

Expectativa é de que reforma seja votada no Senado entre os dias 7 e 9 de novembro

Se texto for modificado, proposta terá de voltar para nova análise da Câmara

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), sugeriu incluir na proposta uma revisão, a cada cinco anos, de incentivos concedidos a alguns setores da economia.

A discussão sobre segmentos que, atualmente, têm direito a uma tributação diferenciada é um dos pontos sensíveis da proposta em análise pelo Congresso. O texto já foi aprovado pela Câmara em julho e deve ser votado pelo Senado em novembro.

Em entrevista, Braga disse que ainda não discutiu a ideia com a Câmara, que terá de reanalisar a proposta caso o Senado faça modificações no texto que recebeu o aval de deputados.

Ele também destacou que o Senado aprovou, em julho, um projeto que estabelece a necessidade de avaliação periódica de incentivos fiscais, com possibilidade de renovação.

Pelo texto, os subsídios seriam avaliados por metas de desempenho econômicas, sociais e ambientais, entre outros. O projeto, no entanto, não avançou na Câmara.

O Senado tem uma manifestação consensual com relação à avaliação, a cada cinco anos, dos benefícios fiscais. É fácil reproduzir isso para dentro da PEC, mas será que tem apoio na Câmara? Não sei, não está conversado com o deputado Aguinaldo Ribeiro [relator da reforma na Câmara] ou com o presidente Arthur Lira", disse o senador Eduardo Braga.

A sugestão do relator é um pouco diferente do que foi

proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por exemplo.

A ideia da Corte de Contas prevê a revisão em 2034 da lista de exceções à alíquota geral - ou seja, os setores que poderão pagar menos **impostos**. No caso da proposta de Eduardo Braga, a **avaliação** seria recorrente, a cada cinco anos.

A expectativa de Braga é de apresentar seu relatório sobre o PEC da **reforma tributária** até o dia 24 de outubro, com votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário do Senado entre os dias 7 e 9 de novembro.

Braga não informou se a sugestão sobre a revisão de setores beneficiados será incluída sem seu relatório.

Entenda a discussão

A proposta de **reforma tributária** aprovada pela Câmara dos Deputados prevê que alguns setores não precisarão pagar a alíquota geral. As exceções se dividem em três grupos:

cobrança reduzida, equivalente a 40% da chamada alíquota padrão que valerá para os demais setores; alíquota zero, em itens como os da cesta básica, por exemplo; ou regimes específicos, com formato de cobrança diferenciado, para setores como o financeiro, o imobiliário e o de combustíveis.

Em agosto, o Ministério da Fazenda informou que essas exceções, aprovadas pela Câmara dos Deputados na **reforma tributária**, devem elevar o futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) a até 27% - uma das maiores taxas do mundo. Essa conclusão foi confirmada pelo Tribunal de Contas da União.

Veja os setores com alíquota reduzida na **reforma tributária**

serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano; medicamentos e dispositivos médicos e serviços de saúde; serviços de educação; produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura; insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal; e atividades artísticas e culturais nacionais; produções jornalísticas,

audiovisuais e desportivas; dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência; bens e serviços relacionados a segurança e soberania nacional, segurança da informação e segurança cibernética; e medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual.

### **Reforma tributária**

Discutido há décadas e muito aguardado pelo setor produtivo, o tema é considerado prioritário pelo governo Lula para aproximar as regras brasileiras do resto do mundo e reformar um sistema que é tido como caótico por empresários e investidores.

Analistas estimam que a **reforma tributária** sobre o consumo tem potencial para elevar o **PIB** potencial do Brasil em no mínimo 10% nas próximas décadas.

Em linhas gerais, a proposta inicial estabelece a extinção de cinco **tributos**:

IPI, PIS e Cofins (federais); ICMS (estadual); e ISS (municipal).

No lugar, seriam criados dois **Impostos** sobre Valor Agregado (IVAs) - um gerenciado pela União (CBS), e outro com gestão compartilhada entre estados e municípios (IBS), além de um imposto seletivo, sobre produtos nocivos à saúde, com cigarros e bebidas alcoólicas.

Com a implementação do IVA no Brasil, os **tributos** passariam a ser não cumulativos. Isso significa que, ao longo da cadeia de produção, os **impostos** seriam pagos uma só vez por todos os participantes do processo.

Atualmente, cada etapa da cadeia paga os **impostos** individualmente, e eles vão se acumulando até o consumidor final.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/10/16/reforma-tributaria-relator-sugere-avaliacao-de-incentivos-fiscais-a-cada-cinco-anos.ghtml>**

# Relator da reforma tributária defende aumento de recursos em fundo para estados

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

Relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga defende um fundo maior para compensação de perdas dos estados com a proposta

Texto aprovado pela Câmara prevê um valor anual progressivo a partir de 2029, até atingir R\$ 40 bilhões em 2033

Para governadores, Fundo de Desenvolvimento Regional deve ter pelo menos R\$ 75 bilhões por ano

Equipe econômica defende regra que foi aprovada pela Câmara

**Reforma tributária** deve ser votada pelo Senado em novembro

Se o conteúdo for alterado pelos senadores, proposta será reanalisada pelos deputados

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), defendeu nesta semana um aumento no valor do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) previsto na proposta em discussão no Congresso.

O texto aprovado pela Câmara em julho prevê, para o FDR, a partir de 2029, um valor progressivo até atingir o patamar anual de R\$ 40 bilhões em 2033.

Após reuniões com governadores, Eduardo Braga informou nesta semana que os estados pleiteiam um forte incremento desses recursos.

Alguns [governadores] falam em R\$ 80 bilhões, outros em R\$ 75 bilhões [por ano]. Há um consenso que seja um número como este, mas até agora não tive uma sinalização do governo federal sobre isso, afirmou o emedebista.

Em negociações com o governo, os estados já haviam solicitado um valor maior, quando o tema estava em debate na Câmara dos Deputados. Na ocasião, pediram R\$ 75 bilhões ao ano, mas não foram atendidos.

Integrantes da equipe econômica afirmaram ao g1 entender que o montante de R\$ 40 bilhões, aprovado

pela Câmara dos Deputados para o fundo de desenvolvimento regional, seria suficiente para financiar uma política de desenvolvimento regional eficaz e efetiva.

A **reforma tributária** ainda precisa passar pelo crivo do Senado para ter validade. Uma solução sobre o valor do FDR pode destravar a votação da proposta. Se o texto for alterado pelos senadores, retorna para nova análise dos deputados.

Em linhas gerais, a reforma substitui cinco **tributos** (PIS, Cofins e IPI federais, ICMS estadual e ISS municipal) por um imposto sobre valor agregado (IVA) federal, outro estadual e pelo imposto seletivo. E os IVAs passariam a ser não cumulativos. Isso significa que, ao longo da cadeia de produção, os **impostos** seriam pagos uma só vez por todos os participantes do processo.

A expectativa do relator Eduardo Braga é de apresentar seu relatório sobre o PEC da **reforma tributária** até o dia 24 de outubro, com votação estimada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário do Senado Federal entre os dias 7 e 9 de novembro.

Entenda o que é o fundo de desenvolvimento regional

Na **reforma tributária** sobre o consumo, já aprovada pela Câmara dos Deputados, a cobrança dos **tributos** passaria a ser feita no destino, onde os produtos e serviços são consumidos.

Atualmente, essa cobrança é feita na origem, ou seja, onde são produzidos. Com o atual formato, os estados concedem isenção ou redução de **tributos** para que as empresas se instalem na região. São os chamados benefícios fiscais, que só valem até 2032.

Essa mudança na cobrança dos **impostos** da origem para o destino será feita gradualmente em um prazo longo, ao longo de 50 anos, entre 2029 e 2078 - segundo o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

A principal consequência dessa alteração da cobrança dos IVAs, entretanto, é que os estados não mais poderão conceder benefícios fiscais para as empresas se instalarem no local - pois a cobrança passará a ser

feita onde os bens e serviços são consumidos.

Com isso, acabaria a chamada guerra fiscal pois os estados perdem os benefícios como instrumento de política de desenvolvimento.

O fundo de desenvolvimento regional entra na **reforma tributária** justamente para substituir os atuais benefícios fiscais, com recursos diretos para os estados para garantir que eles possam promover a atividade produtiva.

O fundo de desenvolvimento regional passará a ser o grande mecanismo de desenvolvimento econômico das regiões e ao mesmo tempo a principal política de redução de desigualdades regionais e econômicas deste país. Então, é claro que ele precisa ser robusto, disse Braga.

Não estamos falando de um fundo para amanhã, mas um fundo para os próximos 50 anos. Eu defendo um aumento, mas não está definido porque depende do governo federal, do ministro Fernando Haddad [da Fazenda], completou o relator.

#### Distribuição dos recursos

Além do tamanho do fundo de desenvolvimento regional, os critérios de distribuição entre os estados ainda precisam ser definidos.

Isso porque o texto aprovado pela Câmara deixou para depois, por meio de lei complementar ou ordinária, a definição de temas considerados mais complexos e polêmicos, entre eles o formato de distribuição do fundo.

Essa parte é chamada de regulamentação da **reforma tributária**, prevista para acontecer somente a partir de 2024 - isto é, se a PEC caminhar conforme o previsto neste ano no Congresso Nacional.

Em junho, antes da votação do tema pela Câmara dos Deputados, o presidente do Comsefaz, que reúne os secretários de Fazenda dos estados, Carlos Eduardo Xavier, disse ao g1 que ainda havia divergências entre os governadores com relação ao critério de divisão dos recursos.

Os estados mais populosos pediam que o peso do tamanho da população, no cálculo da divisão dos recursos, fosse maior, ao invés do critério de renda mais baixa (chamado de **PIB** invertido) - critério defendido pelos estados mais pobres.

Nesta semana, o relator da reforma no Senado, Eduardo Braga, afirmou que há um consenso entre todos os governadores, de que esse critério [de

distribuição dos recursos] tem de estar na Constituição, não pode ser remetido para a lei complementar.

Se nós tivermos um fundo que tenha tamanho para a gente possa ter recursos para alavancar as regiões brasileiras, claro é mais fácil encontrar um denominador comum na forma de compartilhar (...) Mas se faltar pão, vai ser uma disputa no voto. Se tivermos um tamanho de fundo que seja possível fazer uma articulação, acho que nós vamos conseguir construir um critério consensual. Para o país, seria importante encontrar esse consenso, declarou o senador Eduardo Braga.

#### Conflito histórico

Discutida há décadas e muito aguardada pelo setor produtivo, é a **reforma tributária** é considerada prioritária pelo governo para aproximar as regras brasileiras do resto do mundo e reformar um sistema que é tido como caótico por empresários e investidores. O objetivo principal é permitir um crescimento maior da economia.

Nas últimas tentativas de se fazer a **reforma tributária**, os fundos para os estados foram um dos principais entraves nas discussões federativas, ou seja, da União com os estados e municípios.

Em 2013, por exemplo, a gestão da presidente Dilma Rousseff, tendo a área econômica comandada na ocasião por Guido Mantega, propôs dois fundos para os estados: um de desenvolvimento regional e outro de compensação (por eventuais perdas com a mudança da cobrança dos **impostos** da origem para o destino).

Começamos com um valor mais baixo e depois fomos evoluindo e chegamos neste valor [para os fundos que compensam os estados]. Não dá para aumentar o valor em relação ao que apresentamos hoje, principalmente no que diz respeito aos recursos do OGU [orçamento geral da União]. Temos de conciliar desenvolvimento com solidez fiscal, disse Mantega, em 2013.

A última proposta do governo petista, naquele momento, foi que os fundos envolvessem cerca de R\$ 450 bilhões em 20 anos, sendo parte em recursos orçamentários e outra parte em empréstimos. O texto acabou não sendo levado adiante.

Em 2020, com a nova proposta de **reforma tributária** sobre o consumo do governo Jair Bolsonaro e a equipe econômica chefiada pelo ministro Paulo Guedes, os estados pediram R\$ 480 bilhões ao longo de dez anos para abastecer os fundos de



desenvolvimento regional e de compensações das exportações.

Na ocasião, os estados informavam que queriam abocanhar uma parte da arrecadação da União. O então ministro Guedes rechaçou o pedido e apresentou uma oferta diferente: repassar valores por meio do pacto federativo (de R\$ 400 bilhões a R\$ 450 bilhões em 15 anos oriundos de royalties do petróleo e participações especiais).

Por fim, os estados concordaram, em 2021, em formar esse fundo com uma parte da arrecadação do IVA dos estados e municípios para destravar as resistências do governo federal e avançar com a **reforma tributária**. Entretanto, em meio a outros temas polêmicos, como precatórios e mudanças na tributação da renda, a **reforma tributária** sobre o consumo acabou não saindo.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/10/16/relator-da-reforma-tributaria-defende-aumento-de-recursos-em-fundo-para-estados.ghtml>**



# Medo da Reforma Tributária aumenta em 22% doações de bens a herdeiros

A preocupação com o aumento das alíquotas na **reforma tributária**, prestes a ser votada no Senado, fez com que brasileiros antecipem os planos de doação de bens aos herdeiros, ainda em vida, ao invés de aguardarem a realização do inventário. O motivo é a previsão de aumento progressivo da alíquota de imposto pago ao governo.

Desde que a proposta foi aprovada pela Câmara, em julho, houve um aumento de 22% no número de doações segundo dados do Colégio Notarial do Brasil, entidade que reúne os 8.344 cartórios de notas do Brasil. O número de doações passou de uma média mensal de 11,6 mil em 2022 para mais de 14,2 mil em agosto deste ano, logo após aprovação PEC.

Em números absolutos também se verifica um aumento de doações nos meses de julho (13.188) e agosto (14.295) deste ano em relação aos meses anteriores à aprovação da PEC, quando a média de atos de doação foi de 11.114 escrituras solicitadas.

**Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2023/10/medo-da-reforma-tributaria-aumenta-em-22percent-doacoes-de-bens-a-herdeiros.ghtml>**

# Estados elevam ICMS para reforçar caixa e garantir fatia maior na Reforma Tributária

Dezesseis estados e o Distrito Federal elevaram a taxa padrão que cobram no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para este ano e para 2024, conforme aponta um levantamento do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

Doze entes federativos adotaram alíquotas maiores já a partir deste ano, após terem aprovado leis ainda em 2022. Em 2023, mais cinco projetos desse tipo passaram nas assembleias legislativas para aumentar o ICMS a partir de 2024.

Os estados alegam que as elevações são parte de uma compensação em reação às medidas adotadas pelo governo federal em meados de 2022 para conter o preço dos combustíveis, limitando a cobrança do ICMS sobre gasolina, diesel e também sobre energia elétrica e telefonia.

No entanto, esse aumento da alíquota ocorre também de olho na **Reforma Tributária**, como uma forma de aumentar a base de cálculo da divisão de recursos entre estados na transição entre o sistema de **tributos** atual e o novo. Isso se a proposta de emenda à Constituição (PEC) tiver sua aprovação finalizada no Congresso.

A reforma tramita no Senado desde julho, quando foi aprovada na Câmara dos Deputados, mas há dificuldades para formar um consenso na Casa.

Ainda no governo de Jair Bolsonaro, duas leis foram aprovadas para limitar o ICMS cobrado sobre combustíveis, a conta de luz e os serviços de telecomunicações, em meio à escalada dos preços internacionais do petróleo e à campanha eleitoral para a Presidência. Aqueles bens e serviços passaram a ser considerados "essenciais" e foram enquadrados na alíquota padrão de cada estado.

Nas contas do Comsefaz, as limitações impostas em 2022 tiram, todos os anos, R\$ 109 bilhões de receita dos orçamentos de prefeituras e governos estaduais, disse o diretor institucional da entidade, André Horta:

- Está todo mundo se virando. Quem ia fazer renovação de estradas não está fazendo, quem tinha planos de abrir hospital não abre. Toda uma série de serviços (públicos) foi contingenciada.

Um dos exemplos de estados que elevaram o ICMS é Pernambuco, onde houve uma perda de arrecadação de R\$ 1,7 bilhão, apenas no ano passado, com as limitações do imposto estadual pela medida federal.

Neste ano, a queda nas receitas estava em R\$ 636 milhões. O governo pernambucano, então, aprovou a elevação da alíquota padrão do ICMS para 20,5%, a partir de 2024, ante os 18% de hoje. A alta foi necessária para garantir o "realinhamento da receita tributária", justificou a Secretaria da Fazenda de Pernambuco.

O Ceará é outro caso emblemático. Segundo o secretário da Fazenda do estado, Fabrício Gomes Santos, o governo cearense experimentou uma perda de arrecadação de R\$ 1,2 bilhão apenas no segundo semestre do ano passado, por causa da limitação imposta pelo governo federal. Neste ano, no acumulado até agosto, a perda foi de R\$ 1,4 bilhão, na comparação com igual período de 2022.

Diante dos números, o Ceará resolveu elevar a taxa padrão do ICMS. A alíquota passará a 20%, a partir de 2024, ante os 18% de hoje. Para o secretário, não havia outra saída, mesmo após um corte de R\$ 2 bilhões nas despesas previstas para o Orçamento de 2023.

A alíquota padrão do ICMS é uma referência, cobrada sobre todas as mercadorias, mas cada estado possui uma série de exceções, cobrando mais ou menos para uma série de bens.

Após a limitação da cobrança do ICMS sobre combustíveis, conta de luz e serviços de telecomunicações, o Comsefaz fez um estudo para estimar a quanto a alíquota padrão de 20 estados precisaria subir para compensar as perdas. Segundo o estudo, em torno de 35% da arrecadação média desses estados vieram de mercadorias tributadas pela alíquota padrão.

Horta, do Comsefaz, ressaltou que nenhuma das 17 unidades da federação que já decidiram por alguma elevação no ICMS subiram a ponto de atingir o nível sugerido no estudo da entidade, feito no fim do ano passado.

Gomes Santos, secretário do Ceará, cobra mais atenção da União à situação fiscal dos estados:

- O governo federal tem que olhar para estados e municípios pensando em como retornar à capacidade arrecadatória que os estados tinham antes das leis complementares 192 e 194 (que limitaram o ICMS). Estamos entrando numa **Reforma Tributária** com um patamar de arrecadação muito menor do que seria o ideal e do que eu teria não fossem essas leis federais aprovadas no governo passado.

Além de Ceará e Pernambuco, Paraíba, Distrito Federal e Rondônia aprovaram leis para subir o ICMS de referência a partir de 2024. No caso de Rondônia, a aprovação da lei foi na terça-feira passada, segundo Horta, do Comsefaz.

Já Rio Grande do Norte, que havia elevado a alíquota padrão a 20%, aprovou novo projeto de lei neste ano, retornando o percentual ao patamar de 2022, de 18%.

As elevações no ICMS também têm um olho na **Reforma Tributária** porque a repartição do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) entre os governos se dará com base na arrecadação média verificada entre 2024 e 2028. Ou seja, os governos que aumentarem a arrecadação a partir do ano que vem teriam mais chances de ter uma fatia maior do bolo tributário do futuro IVA.

A reforma prevê a unificação de cinco **impostos** no chamado IVA dual: o imposto estadual ICMS e o municipal ISS serão reunidos no **Impostos** sobre Bens e Serviços (IBS), e três **tributos** federais formarão a nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Horta, do Comsefaz, aposta que a regra de repartição do futuro IVA acabará modificada no Senado, onde tramita a PEC da reforma. Seria melhor, segundo o diretor da entidade, usar na repartição alguma média de arrecadação passada, preferencialmente de antes dos impactos da Covid-19 na economia e, portanto, da limitação ao ICMS imposta no ano passado.

Para Giancarlo Chiapinotto, sócio da PwC e especializado em tributação, o movimento de elevação de percentuais do ICMS pelos estados é um exemplo de como algumas medidas que visam a determinado efeito, na teoria, acabam produzindo resultados diferentes, na prática. No caso da **Reforma Tributária**, a regra de repartição do futuro IBS poderá acabar incentivando um aumento na carga tributária, que, conforme as intenções declaradas do governo federal, não é o objetivo.

- Na teoria, parece fácil, mas quando vamos colocar em prática, acabamos vendo efeito diverso - disse

Chiapinotto, lembrando que, em alguns estados, em vez da elevação da taxa padrão do ICMS, foram propostas altas do imposto sobre mercadorias específicas, consideradas supérfluas, numa alternativa para recompor a arrecadação perdida desde o ano passado.

A PwC publicou um relatório recente sobre os efeitos da **Reforma Tributária** sobre o varejo e a indústria de bens de consumo. Um dos pontos levantados é que as mudanças propostas são profundas e há incerteza sobre uma série de pontos, muitos deles que serão definidos apenas em leis complementares, aprovadas após a PEC. Para Chiapinotto, a burocracia poderá aumentar para as empresas.

A advogada tributarista Renata Cubas, sócia do escritório Mattos Filho, concorda. Para ela, as mudanças previstas na reforma e a tentativa, especialmente dos governos estaduais, de recompor receitas tributárias perdidas deixa os contribuintes, especialmente as empresas, convivendo com a insegurança jurídica.

- Não se consegue projetar (o quanto será pago de **impostos**). A grande discussão que temos na reforma é de quanto será a alíquota do IVA - disse Renata.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/10/16/estados-elevam-icms-para-reforçar-caixa-e-garantir-fatia-maior-na-reforma-tributaria.ghtml>

# Pacheco e Lira miram caminhos distintos e tentam preservar influência após deixarem o comando do Senado e da Câmara

Sem a possibilidade de reeleição em seus postos de comando no Congresso, os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), têm feito movimentos que indicam caminhos distintos a partir de fevereiro de 2025, quando deixarão os atuais cargos e voltarão à "planície" do Parlamento. De um lado, aliados apontam a intenção de Lira de continuar influente no Legislativo, assumindo posições de destaque na Casa que ele chefia, no primeiro momento, para tentar se eleger senador nas próximas eleições. Do outro, pessoas próximas a Pacheco afirmam que o futuro mais provável para ele é fora do Congresso.

Em comum, a tentativa de manter influência na cúpula do Congresso: Pacheco tem em Davi Alcolumbre (União-AP) seu candidato preferido à sucessão, enquanto Lira busca manter a coesão de um grupo que por ora acena com as candidaturas de Elmar Nascimento (União-BA) e Marcos Pereira (Republicanos-SP).

No caso do senador, no cenário atual, o mais provável é que ele concorra ao governo de Minas Gerais em 2026. Um sinal da intenção eleitoral de Pacheco foi a recente guinada em relação ao Supremo Tribunal Federal (STF). Após passar o governo Jair Bolsonaro servindo de anteparo para ofensivas de bolsonaristas contra ministros da Corte - o que incluiu engavetar pedidos de impeachment de magistrados -, agora foi o próprio parlamentar quem patrocinou propostas que miram no Judiciário. Entre elas, a que limita as decisões monocráticas dos magistrados. Com isso, tende a atrair o voto da extrema-direita.

Nos bastidores, políticos experientes atribuem a iniciativa a uma tentativa de Pacheco de neutralizar o desgaste em seu eleitorado pela aproximação com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com perfil de centro-direita, ele foi eleito em 2018 em uma chapa adversária à da ex-presidente Dilma Rousseff.

Junto à ofensiva contra o STF, Pacheco tem defendido a tramitação de medidas que se opõem a bandeiras de esquerda, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que criminaliza o porte de qualquer droga no país, tema que está sendo julgado pelo Supremo, e o

projeto que estabelece o marco temporal das terras indígenas, considerado inconstitucional pela Corte.

O presidente do PSD, Gilberto Kassab, que em 2022 ensaiou lançar Pacheco à Presidência, já disse a interlocutores ver o cargo de governador como um caminho natural para o presidente do Senado. Na avaliação do cacique partidário, a sucessão do atual chefe do Executivo mineiro, Romeu Zema (Novo), ainda está aberta, sem um sucessor natural.

- Ele (Pacheco) está tateando, está botando o termômetro para sentir a temperatura da possibilidade (de se candidatar ao governo). Não é algo que ele conversou conosco, nem definiu, mas ele está medindo a temperatura - disse o ex-deputado Júlio Delgado, que hoje trabalha como assessor parlamentar de Pacheco.

A alguns interlocutores, porém, o senador tratou sobre a possibilidade de deixar a política em 2026. Ele cogita voltar à advocacia e fazer um mestrado. A dificuldade em um estado que no ano passado deu votação expressiva a bolsonaristas como o senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG) e o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) estaria desanimando o presidente do Senado.

Em outro movimento, senadores aliados tentam convencer Lula a indicar o atual presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, à vaga aberta no Supremo, abrindo caminho para Pacheco assumir seu lugar na corte de contas. A escolha do substituto caberia ao Senado.

Arthur Lira, por sua vez, já disse ter o sonho de trocar o Salão Verde, marca da Câmara, pelo Salão Azul, do Senado, em 2026, seguindo o caminho trilhado pelo pai, o ex-senador Benedito de Lira (PP).

Para isso, o deputado poderá construir uma "dobradinha" em Alagoas com o atual prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), que almeja o governo estadual. A empreitada tem potencial de reviver a disputa regional com o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que deve tentar a reeleição no cargo.

Antes disso, porém, aliados dizem que o atual presidente da Câmara dos Deputados pretende construir um acordo para ocupar a presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização (CMO) do Congresso em 2025. A intenção é se manter influente na distribuição de recursos públicos via emendas parlamentares. A cadeira, embora não dê visibilidade junto ao eleitorado, lhe garante a possibilidade de capitalizar politicamente obras realizadas com a verba que ele ajudará a partilhar.

O comando da comissão torna-se atrativo caso Lira não seja convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a assumir um ministério após deixar a cadeira de presidente da Câmara. Esse cenário é visto como possível tanto por interlocutores do Palácio do Planalto quanto do deputado.

Aliados do petista, contudo, se dividem em relação a esse caminho. Parte deles lembra que, por vezes, Lira travou embates públicos com o Executivo. Por outro lado, o parlamentar é um dos principais líderes do Centrão, grupo político que há anos vem dando as cartas no Congresso, e no governo há uma preocupação em mantê-lo próximo.

Com o futuro incerto, o deputado já disse a aliados não descartar nem mesmo um plano de carreira alternativo, fora da política. E, para isso, ele também tem feito movimentações que podem indicar um caminho similar ao traçado pelo seu antecessor na Câmara, Rodrigo Maia, que hoje é presidente da Confederação das Instituições Financeiras.

Nos últimos três meses, Lira participou de ao menos 11 reuniões com lideranças do setor privado, nas quais debateu termos na **reforma tributária**, votada em julho, e passou a pedir mobilização pela reforma administrativa.

Em entrevista ao GLOBO em abril, Lira deixou pistas de que este pode ser um eventual destino e elogiou os contatos feitos por Maia enquanto presidia a Casa.

- Prezo o seguinte lema: pode perder o poder (depois de deixar a presidência da Câmara), mas não pode deixar de ter influência. Rodrigo Maia, hoje, não tem o poder da presidência, mas goza de muita influência. É representante dos bancos. Fez muitos relacionamentos - afirmou, na ocasião.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/10/16/pacheco-e-lira-miram-caminhos-distintos-e-tentam-preservar-influencia-apos-deixarem-o-comando-do-senado-e-da-camara.ghtml>**

# Imposto arcaico obriga brasileiros a sustentar a família real portuguesa (Editorial)

No próximo dia 15 de novembro, a República brasileira completará 134 anos. Ao longo desse período, passou por transformações profundas de natureza econômica, política e social.

Mas uma coisa se mantém imutável: cidadãos brasileiros continuam sustentando a família real - não apenas a brasileira, mas a portuguesa também.

Em 1976, Portugal aboliu o regime jurídico que permite a cobrança perpétua de taxas e propriedades cedidas por famílias reais ou ordens religiosas, conhecido como enfiteuse.

Mas esse regime continua em vigor no Brasil, permitindo que a família real embolse 2,5% de todas as transações imobiliárias realizadas na região central de Petrópolis, na antiga Fazenda do Córrego Seco. O imposto, chamado oficialmente de *laudêmio*, mas conhecido como "taxa do príncipe", é cobrado desde 1843, quando Dom Pedro II decidiu ceder terras que herdara. Hoje é arrecadado pela Companhia Imobiliária de Petrópolis (CIP), constituída pelos herdeiros da família real.

Os valores recolhidos não são de conhecimento público, mas sustentam os descendentes da realeza, conhecidos por não abrir mão do privilégio.

No último fim de semana, Maria Francisca Pio de Bragança, terceira na linha sucessória do trono português, se casou no suntuoso Palácio Nacional de Mafra, numa festa para 1.200 convidados. Maria Francisca é filha de Duarte Pio de Bragança, pretendente ao trono português e acionista minoritário da CIP. "Todo o território onde está construído Petrópolis é propriedade da minha família materna e daí recebemos também um rendimento", afirmou ele em 2020 em entrevista à jornalista portuguesa Júlia Pinheiro.

O regime de enfiteuse foi instituído pelo imperador Justiniano, ainda no século I, para regular a propriedade das regiões conquistadas pelo Império Romano. Facilitava a intervenção de Roma para obrigar o ocupante da terra a produzir e gerar renda para pagar **impostos**. No século XIII, foi absorvido pelo ordenamento jurídico português, tendo sobrevivido até a Revolução dos Cravos. Continua vivo no Brasil, graças à benevolência de uma

República incapaz de se livrar do anacronismo monárquico.

Pelo que determina o artigo 49 da Constituição, a enfiteuse é usada também para terrenos atribuídos à Marinha - todo o litoral brasileiro e margens de alguns rios do litoral, "até onde for a maré mais alta". Nesse caso, também é cobrado *laudêmio*, que só poderia ser eliminado por meio emenda constitucional.

Seria uma medida sensata, que já consta de proposta em tramitação na Câmara. Quanto à enfiteuse que rege a antiga propriedade do imperador em Petrópolis, parlamentares e juristas afirmam que pode ser extinta por um simples projeto de lei.

Como a República tem quase 134 anos e a Independência de Portugal mais de dois séculos, já passou da hora de o Brasil acabar com ela.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Prefeitos de capitais miram 2024 e mais que dobram investimento

**Marta Watanabe**

No ano que antecede as eleições municipais, as prefeituras das capitais aceleram investimentos. Os investimentos no agregado das 26 cidades somaram R\$ 10,8 bilhões de janeiro a agosto deste ano, 76,8% de alta em termos reais em relação aos R\$ 6,1 bilhões de 2022 e mais que o dobro dos R\$ 4,8 bilhões de 2019, mesmo período do ciclo eleitoral anterior, sempre considerando iguais meses e com valores atualizados até agosto.

Um colchão de superávits financeiros de períodos anteriores e maior acesso a operações de crédito estão entre os fatores que possibilitaram o avanço dos investimentos, segundo analistas e secretários de Fazenda, mesmo num período em que a despesa corrente ganha mais ritmo que a receita.

"Os volumes impressionantes de investimentos vêm do casamento do ciclo orçamentário com o ciclo eleitoral", diz Ursula Dias Peres, professora de políticas públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidade (EACH/USP). Para ela, o crescimento mostra como as eleições em 2024 serão altamente disputadas, num cenário que favorece quem tenta a reeleição.

Os dados mostram, diz, que os investimentos crescem a taxa bem superior à da arrecadação. "Parte dos gastos deve estar sendo financiada por saldo de caixa." Segundo dados do Banco Central, o total em caixa de todos os municípios brasileiros somou em agosto R\$ 39,96 bilhões, abaixo dos R\$ 43,69 bilhões de 2022, mas bem acima dos R\$ 21,45 bilhões de 2021, considerando sempre o mesmo mês.

Peres ressalta também o aumento das despesas correntes num cenário de incerteza à frente, após crescimento pujante de receitas em 2022. Os recursos de transferências correntes, muito importantes na composição de receitas de parte das capitais, diz, já mostram perda de força. No conjunto das 26 capitais, a receita corrente somou R\$ 167,1 bilhões de janeiro a agosto deste ano, 3,2% a mais que igual período do ano passado, mas com ritmo de crescimento bem aquém do das despesas correntes, que subiram 11,1%, com alta de 9,3% na despesa de pessoal.

A comparação com igual período de 2019 revela o

crescimento das receitas no decorrer dos últimos quatro anos. A arrecadação própria das capitais, dada pela receita com **impostos**, taxas e contribuições de melhoria, aumentou 6,2% contra 2022 e 17,8% em relação a 2019. Nesses quatro anos a receita corrente cresceu 19,9% enquanto a despesa corrente subiu 17,7%, sempre em termos reais e nos mesmos oito meses.

Os dados são dos relatórios entregues pelas prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e coletados de 2 a 5 de outubro. Foram consideradas despesas liquidadas e receitas realizadas. Todos os dados de 2019 e 2022 foram atualizados até agosto pelo IPCA.

No conjunto das 26 capitais, as transferências correntes - que incluem os repasses estaduais de ICMS e as transferências federais, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)-somaram R\$ 66 bilhões de janeiro a agosto, 1,8% a menos que as de iguais meses de 2022. "A queda reflete a perda de potência do ICMS e de **tributos** arrecadados pela União [IR e IPI, que compõem o FPM], também influenciando negativamente a receita corrente, ainda que ela tenha ficado com variação positiva", diz Peres.

Os dados mostram que o aumento de investimentos foi generalizado. Das 26 capitais apenas cinco reduziram investimentos de janeiro a agosto deste ano contra igual período de 2022. Em 13 o investimento aumentou em mais de 50%. Dessas 13, em sete o valor investido neste ano mais do que dobrou o de 2022. Se compararmos com 2019, a alta superou 50% em 18 capitais, sendo que em 14 delas passou dos 100%, sempre em termos reais e de janeiro a agosto.

Rodrigo Sartori Fantinel, secretário de Fazenda de Porto Alegre, aponta os superávits financeiros de períodos anteriores como fator importante para o aumento de investimento do município. Porto Alegre foi uma das cinco capitais que tiveram, redução de investimentos de janeiro a agosto deste ano, com queda de 2,5% ante 2022. O quadro, porém, deve mudar até o fim do ano, diz o secretário.

Segundo Fantinel, em 2021 e 2022 a capital gaúcha teve recordes de nível de investimento, com parcela maior do orçamento destinada a essa conta. Embora com queda de valores em relação a 2022, os relatórios

fiscais mostram que a capital gaúcha aumentou os investimentos em 106,1%, em termos reais, quando se compara com janeiro a agosto de 2019.

Em todo o ano de 2022, lembra Fantinel, foram R\$ 460 milhões em investimentos empenhados em Porto Alegre. Neste ano, diz, o valor deve superar os R\$ 500 milhões. Segundo ele, o ritmo de investimentos desde o início do segundo semestre aumentou por meio do Plano de Aceleração de Investimentos (PAI). "Tudo o que conseguimos incrementar em receita estamos tentando trazer para investimentos, para deixar essa conta mais gordinha."

A receita corrente do município subiu 10,4%, triplo da média das capitais, de janeiro a agosto deste ano contra iguais meses de 2022. Fantinel diz que o desempenho resulta de medidas da prefeitura que estimulam autorregularização e compliance dos contribuintes, além de programas de mediação para redução de contencioso e de cobrança da dívida ativa.

O maior acesso a operações de crédito também favorece os investimentos em alguns locais, aponta o secretário de Fazenda de Aracaju, Jeferson Passos. No caso da capital sergipana, recursos captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e à Caixa Econômica Federal financiam investimentos em infraestrutura, em áreas como mobilidade e habitação.

Pelos relatórios fiscais, as receitas com operações de crédito do agregado das capitais somaram R\$ 4,58 bilhões de janeiro a agosto de 2023, bem acima do R\$ 1,58 bilhão de igual período de 2022, em valores atualizados. Em Aracaju foram neste ano R\$ 98,65 milhões contra R\$ 52,88 milhões em 2022, nos mesmos oito meses.

"As operações de crédito internacionais, por exemplo, ficaram mais acessíveis em meados do anos 2000 e agora são mais frequentes e mais comuns não só nas capitais mas também em médias e grandes cidades", diz Passos.

"Ciclo eleitoral influencia na alta impressionante de investimentos" Ursula Dias Peres

Giovanna Victer, secretária de Fazenda de Salvador, chama atenção para a maior maturidade das prefeituras na área fiscal, o que também favorece o acesso a financiamentos. Em Salvador os relatórios mostram R\$ 266,41 milhões em receitas com operações de crédito de janeiro a agosto deste ano, com alta real e 65,5% em relação a iguais meses do ano passado.

Há certamente, diz Victer, a influência do ciclo político.

"É preciso lembrar também que o atual mandato se iniciou em 2020, quando veio a pandemia de covid-19." No primeiro ano, portanto, diz, houve adiamento de investimentos porque os esforços se concentraram no combate à doença.

Houve depois, recorda, período de relativa estabilização de despesas correntes muito influenciada pela Lei Complementar 173/2020, que estabeleceu os repasses extraordinários no combate à covid-19 mas também restringiu o aumento dos gastos com pessoal até o fim de 2021. E em 2022, diz,

houve aumento de receitas, embora os repasses de ICMS tenham sido afetados no segundo semestre com as reduções de alíquota impostas pelo governo federal.

"Agora há um momento de ajuste de despesas e receitas", diz ela, com especial preocupação para o comportamento das transferências correntes, que estão aquém da arrecadação própria. "Nos preparamos, nos aspectos tributários, de poupança e de despesa corrente, para consolidar o ciclo de investimentos neste momento", diz ela. Os investimentos da prefeitura soteropolitana somaram R\$ 509, milhões de janeiro a agosto deste ano, com alta de 30,9% contra igual período de 2022. Segundo Victer, o aumento deve chegar a pelo menos 35% ao fim deste ano.

Em Aracaju, diz Passos, após período de investimentos represados durante a pandemia, a retomada com mais força veio ao fim de 2022. "Os investimentos ganharam velocidade e em 2023 o nível de execução está muito acima da média usual." Os dados dos relatórios fiscais mostram que os investimentos de Aracaju somaram R\$ 173,6 milhões liquidados de janeiro a agosto deste ano, com alta real de 163,8% contra iguais meses de 2022. O ritmo de investimentos, diz Passos, deve continuar. A expectativa, diz, é encerrar o ano com R\$ 250 milhões em investimentos liquidados e pagos. Esse valor em investimentos deve se repetir ou se superar no ano que vem, aponta.

Em São Paulo a prefeitura espera nível recorde de investimentos para este ano. Segundo os relatórios da capital paulista, o valor investido de janeiro a agosto de 2023 somou R\$ 4,26 bilhões liquidados, mais que o dobro do R\$ 1,66 bilhão de iguais meses de 2022, em valores atualizados. Nota enviada pela prefeitura de São Paulo diz que até início de outubro os investimentos empenhados totalizaram R\$ 10,8 bilhões, valor recorde para o município. Até o fim do ano, diz a nota, estarão disponíveis para serem empenhados cerca de R\$ 15 bilhões.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187688>

# Mais uma chance para a América Latina (Editorial)

Há cinco séculos a América Latina fornece comida, combustíveis e metais ao mundo. Em entrevista ao Financial Times, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Ilan Goldfajn, adverte que a demanda crescente do século 21 por comida, energia verde e minerais críticos oferece uma "tripla oportunidade".

Mas uma questão permanece: por que numa região tão rica em recursos o povo é tão pobre? Se essa questão não for enfrentada, tais oportunidades estão fadadas a ser desperdiçadas - de novo.

Até 2050, a população mundial crescerá de 8 bilhões para quase 10 bilhões.

Com vastas terras agricultáveis e uma população relativamente pequena, a América Latina é a maior exportadora de comida do mundo. Também fornece um terço do cobre e metade da prata e contém 60% das reservas de lítio, além de grafite, estanho e níquel, materiais cruciais para as energias limpas.

Mais próximos à superfície, eles são mais facilmente extraíveis do que em outros lugares, e, numa região farta em sol, vento e água, podem ser processados com energia renovável e barata.

O boom dos anos 2000 foi puxado pela industrialização da China, que se desacelerou nos anos 2010. Já a transição energética é global, incontornável e duradoura. Rivalidades geopolíticas levam países ricos a realocar cadeias de fornecimento a regiões próximas e amistosas. A América Latina é pacífica e neutra e, entre as regiões com países em desenvolvimento, tem as democracias mais robustas.

As condições estão aí, mas também as mazelas que dissiparam oportunidades como essas no passado. Desde a era colonial, a região experimenta ciclos de crescimento sem desenvolvimento. Elites latifundiárias semifeudais expandiram sua produção à custa da expropriação de terras dos nativos e da exploração de seu trabalho e o de africanos, calcificando uma sociedade desigual e repleta de desincentivos à produtividade e à inovação.

O melhor das monoculturas era exportado e tudo o mais era importado.

No século 20, buscou-se reverter essa relação de dependência com barreiras protecionistas e subsídios à indústria.

Mas isso perpetuou um setor pouco competitivo e dependente do Estado.

As relações corruptas entre os donos do poder e os do dinheiro se tornaram endêmicas, a desigualdade aumentou e, ironicamente, a dependência das commodities também.

Hoje, em termos de barreiras comerciais, a América Latina é a segunda região menos acessível do mundo, depois da África. A educação é deficitária.

A região investe 0,6% do **PIB** em pesquisa e desenvolvimento, menos de um quarto da média da OCDE. A infraestrutura é precária. E há sempre um demagogo pronto a esbanjar o dinheiro do boom de commodities da vez bombeando os lucros das oligarquias e o consumo das classes baixas, sem qualificar a oferta e as condições de crescimento sustentável. As "décadas perdidas" se acumulam.

À "tripla oportunidade", Goldfajn opõe um "triplo desafio": governos sem dinheiro, populações sedentas de serviços públicos e baixo crescimento.

Para capitalizar as oportunidades, os governos precisam gerar espaço fiscal, reduzindo os custos e a ineficiência da máquina pública, e sanear o manicômio tributário e regulatório que afugenta investidores. Os protecionismos e privilégios precisam cair, ainda que gradualmente, promovendo uma "destruição criativa" na indústria.

O dinheiro das commodities precisa ser investido na diversificação das exportações e na agregação de valor (por exemplo, incentivando fábricas de baterias com os metais extraídos), mas também em educação, para qualificar a mão de obra, e infraestrutura, para baratear custos, além de serviços públicos para reduzir inquietações sociais que convidam a aventuras populistas.

De resto, se a mineração é essencial para impulsionar energias verdes e reduzir impactos climáticos, ela comporta impactos em biomas e comunidades.

Mitigá-los é crucial para que o desenvolvimento prometido pelas commodities seja sustentável.

Mais do que uma década, esse desenvolvimento é uma promessa de um século.

Mas se a América Latina não aprender com a história, estará condenada a um "século perdido".

**Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>**

# Commodities garantem fluxo de dólares para o Brasil (Artigo)

**Paulo Gala\***

A previsão para 2023 é que o Brasil cresça 3%, com uma queda significativa na taxa de desemprego para 7,8%, o nível mais baixo desde 2013. As reservas cambiais do país continuam robustas com quase US\$ 350 bilhões, e a balança comercial deve registrar um superávit de US\$ 80 bilhões, um recorde histórico.

Embora haja preocupação com o resultado fiscal no próximo ano, a expectativa é que o déficit primário fique em torno de R\$ 50 bilhões.

Além disso, a **inflação** está convergindo para níveis mais baixos, com previsão de queda para 5% neste ano e três 3,5% no próximo ano.

Quanto às taxas de juros, espera-se mais duas reduções neste ano na Selic, chegando a 11,75% em dezembro, e mais quedas no próximo ano, possivelmente abaixo de 10%, a depender da situação econômica dos Estados Unidos e dos preços do petróleo.

Isso contribui para um cenário positivo no crédito, que vinha sofrendo com o aumento das taxas de juros no pós-pandemia. O saldo da balança comercial brasileira até agosto de 2023 já foi maior do que em todo o ano passado, e no mês de setembro passou em termos acumulados no ano de US\$ 71 bilhões.

Os dados que já temos para 2023 apontam para um superávit em nossa balança comercial de US\$ 80 bilhões, um feito histórico. Na mente dos investidores estrangeiros, o Brasil se consolida como o paraíso das commodities, o que ajuda a trazer dinheiro ao país.

Por tudo isso, o real readquiriu seu status de "commodity-currency": moedas que se apreciam muito em booms de commodities.

O Brasil já está no time de países com maiores reservas de petróleo do mundo graças à descoberta do pré-sal. Em 2023 estaremos entre as dez maiores produções de petróleo do planeta, com quase 4% da oferta mundial. O custo de exploração se revelou muito menor do que se imaginara e a qualidade do petróleo do pré-sal é muito boa.

Passamos de uma produção de um milhão de barris/

dia no início dos 2000 para perto de três milhões de barris/dia em 2023; em 2030 deveremos chegar a cinco milhões de barris/dia.

Nosso setor de mineração segue também robusto.

Os grandes projetos da Vale se concretizaram, com destaque para o S11D em Carajás, com uma das maiores capacidades produtivas do mundo. Nosso volume de exportação é enorme, além do boom de preços do mineiro de ferro, níquel, lítio, cobre, etc. Para se ter ideia da força da Vale e da Petrobras, basta observar que nos últimos anos essas duas companhias distribuíram mais dividendos do que todas as empresas da Bolsa brasileira somadas.

O Brasil tem praticamente todos os minerais necessários para a transição energética e climática do planeta.

No setor agro a situação também é exuberante.

Nossa safra deve superar 300 milhões de toneladas de grãos em 2023; em 2000 esse número era de cem milhões de toneladas por ano. O setor teve um superávit externo de mais de US\$ 100 bilhões nos últimos dois anos, Commodities garantem fluxo de dólares para o Brasil compensando nosso déficit de bens tecnológicos e industriais. Nos últimos anos, o saldo negativo do setor industrial tem ficado próximo a US\$ 50 bilhões.

O boom de preços de commodities decorrente da pandemia e do conflito com a Ucrânia acabou favorecendo o Brasil pela via da alta de preços de bens agrícolas e energéticos. A alta de preços de commodities sempre nos favoreceu no passado, inclusive quando viramos grau de investimento em 2008. Nesse cenário, não teremos falta de dólares e investidores estrangeiros seguirão comprando ativos do Brasil.

Nosso grande desafio continua sendo, entretanto, gerar empregos de qualidade para cem milhões de trabalhadores.

Sem a recuperação de nossa indústria não conseguiremos tamanha façanha. O atual boom de commodities resolve nosso problema de divisas e ajuda no controle da **inflação** pela via da apreciação



da moeda brasileira; fica faltando ainda a essencial retomada de nosso desenvolvimento industrial e tecnológico.

Por Paulo Gala\* Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Senado votará extensão da desoneração da folha

**VICTORIA ABEL**

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado marcou para amanhã a votação do projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores que mais empregam no país. O texto começou a tramitar no Senado e foi aprovado pela Câmara. Mas voltou para análise dos senadores por conta de mudanças feitas pelos deputados.

A proposta de desoneração da folha substitui a contribuição previdenciária patronal de empresas, de 20%, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Isso diminui custos com contratações para esses 17 setores. Entre eles estão têxtil, calçados, construção civil, call center, construção civil, fabricação de veículos, comunicação, tecnologia e transportes.

Os segmentos são responsáveis por gerar cerca de nove milhões de empregos formais.

Sem a prorrogação, a desoneração da folha de pagamentos terminaria no fim do ano.

- A desoneração da folha é e será muito importante para a manutenção dos postos de trabalho - disse o relator da proposta, senador Angelo Coronel (PSD-BA).

O texto, depois de aprovado na CAE, deve seguir para o plenário do Senado, o que pode ocorrer no mesmo dia, de acordo com o relator.

-Existe uma dúvida regimental, se é necessário a matéria passar pelo plenário do Senado depois de alterações na Câmara. Eu entendo que sim, mas a análise pode ocorrer no mesmo dia, se tiver pedido de urgência - explicou.

Coronel disse ainda que deve retomar o texto anteriormente aprovado pelos senadores, rejeitando modificações feitas na Câmara, acerca da cobrança do imposto sobre a folha dos municípios.

**PREVIDÊNCIA DE MUNICÍPIOS** Na primeira passagem pelo Senado, foi acrescentada à proposta a redução da alíquota de 20% para 8% da contribuição previdenciária de municípios com até 156 mil

habitantes.

Na Câmara, o trecho foi modificado para conceder uma isenção variável no imposto previdenciário. A alíquota oscilaria de 8% a 18%, de acordo com o Produto Interno Bruto (**PIB**).

Quanto menor o **PIB**, menor a alíquota. Mas o relator discorda da mudança e afirma que a redação anterior da proposta é mais justa e prioriza os municípios mais vulneráveis: -Na Câmara, eles incluíram todos os municípios. Eu tinha incluído só os mais prejudicados.

Os municípios maiores têm o incremento do Fundo de Participação dos Municípios nas contas. Eu tinha feito minha emenda no corte dos municípios que não têm qualquer receita extra para receber. A maioria dos municípios que entraram na regra da Câmara já têm até regime próprio de Previdência.

A tramitação do projeto começou na CAE do Senado, em caráter terminativo, foi para Câmara em agosto, e agora volta para conclusão dos senadores.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# FMI vê cenário de pouso suave, mas pode estar sendo otimista (Editorial)

O Fundo Monetário Internacional vislumbra um cenário pouco otimista para a economia mundial em 2024: o crescimento será menor e a **inflação** cairá, porém seguirá alta. O cenário-base do FMI, porém, é o de um pouso suave das duas principais economias. Mas há uma série de riscos importantes que podem se materializar e desacelerar mais a produção global.

O relatório Perspectivas da Economia Mundial, divulgado nesta semana pelo FMI, prevê que o crescimento global ficará praticamente estagnado: de 3,5% (em 2022), para 3% (2023) e 2,9% (2024). Ou seja, continuará abaixo da média pré-pandemia (2000 a 2019) de 3,8% ao ano. Os países ricos, que passam por um ciclo de aperto monetário maior, vão responder por quase toda essa desaceleração (2,6%, 1,5% e 1,4%, respectivamente). Nos países emergentes, o crescimento segue bastante estável (4,1 %, 4% e 4%).

Já em relação à **inflação** global, o FMI prevê uma contínua queda (de 8,7% em 2022, para 6,9% em 2023 e 5,8% em 2024), puxada pelo ciclo de aperto monetário e por preços contidos das commodities. Ainda assim, a **inflação** continuará acima das metas até 2025 na maioria dos países.

Para o Brasil, o FMI prevê uma redução mais acentuada do crescimento, de 3,1 % neste ano para 1,5% em 2024, bastante em linha com as projeções do mais recente boletim Focus, do Banco Central, que fala em 2,92% e 1,5%, respectivamente.

Em geral, o relatório do FMI aponta para um cenário de recuperação lenta pós-pandemia, mas com probabilidade maior de um pouso suave das maiores economias, EUA e China. É o que diz o economista-chefe do Fundo, Pierre-Olivier Gourinchas, em texto desta semana no FMI Blog. Ele diz que a economia global "está mancando, e não correndo", mas que mostrou resiliência em relação ao choque da guerra da Ucrânia no ano passado e que "as projeções são consistentes com um cenário de pouso suave, que trará a **inflação** para baixo sem uma grande reversão para baixo da atividade, especialmente nos EUA."

Há um intenso debate pelo mundo sobre se os EUA conseguirão evitar uma recessão neste momento em que os juros subiram para conter a **inflação**, que chegou aos dois dígitos em 2022. O Fed (banco central dos EUA) deve realizar mais um aumento dos juros,

mas segue minimizando o risco de uma recessão. Essa é a linha do FMI, que prevê que os EUA crescerão 2,1% neste ano e 1,5% em 2024.

Uma série de economistas e entidades, porém, acredita na possibilidade de uma recessão nos EUA. O economista Mohamed El-Erian alertou em artigo recente (FT, 2/10) que a economia americana deve se enfraquecer à medida que os mercados forem intemalizando a probabilidade cada vez maior de as taxas de juros ficarem elevadas por um longo período.

O FMI parece também otimista em relação à China, apesar de ter revisto um pouco para baixo as suas projeções de crescimento, de 5% neste ano e 4,2% no ano que vem. As expectativas em relação à China também estão cercadas de incertezas. Um estudo de Daniel Rosen, especialista em economia chinesa, publicado neste mês pela consultoria Rhodium Group, estima que a taxa real de crescimento do país neste ano pode ser menos da metade da prevista pelo FMI, ficando na casa de 2%.

Segundo Rosen, a economia chinesa ainda está sofrendo em cheio o impacto do colapso do seu mercado imobiliário. Nesta semana, a maior incorporadora da China, a Country Garden, anunciou que deixou de pagar uma dívida de US\$ 60 milhões com credores estrangeiros e que poderá não pagar dívidas que estão para vencer, devido à forte queda de suas vendas de imóveis residenciais. Um default em grande escala da Country Garden, como ocorreu com a Evergrande, pode ter consequências importantes.

Rosen estima ainda que o governo chinês terá de socorrer governos locais e que as exportações chinesas serão bastante afetadas pelas tensões com os EUA. Ele sugere que o FMI se baseie demais em dados oficiais chineses para suas projeções.

Além desses riscos econômicos, há agora novas incertezas relacionadas à guerra entre Israel e o grupo palestino Hamas. A vice-diretora-gerente do Fundo, Gita Gopinath, afirmou que, se o conflito se expandir para outros países do Oriente Médio e causar um alta nos preços do petróleo, a economia mundial será afetada. Segundo ela, cada 10% de aumento no preço do barril de petróleo reduz 0,15% a perspectiva de crescimento nos 12 meses seguintes.

O conflito, que começou no último sábado, fez com que o barril de petróleo do tipo Brent (referência global) subisse da faixa de US\$ 84 para US\$ 87. Mas o preço vem se moderando desde então, influenciado pela perspectiva de demanda menor nas principais economias.

Não está claro ainda se há o risco de o conflito se expandir. O Hamas, que controla a Faixa de Gaza, é apoiado e financiado pelo Irã, mas não se sabe ainda se Israel tentará alguma ação retaliatória contra o Irã. Outro risco de ampliação do conflito é se o grupo Hezbollah (baseado no Líbano) e a Síria, ambos aliados iranianos, se envolverem mais profundamente na disputa hoje circunscrita entre Israel e o Hamas.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231013/>

# "BC poderá ter que reduzir ritmo de corte da Selic a 0,25 ponto"

**Alex Ribeiro**

O economista José Júlio Senna, consultor da MCM Consultores, avalia que o Banco Central (BC) poderá ter de desacelerar para 0,25 ponto percentual o ritmo de corte de juros, que inicialmente foi sinalizado em 0,5 ponto percentual, a partir de sua reunião de dezembro ou antes disso. Os motivos são a piora no ambiente internacional e a dificuldade do governo em aumentar receitas para cumprir as metas fiscais.

"Diria que, na hipótese de nada mais drástico acontecer até lá, em novembro ainda será 50 pontos", disse Senna, ex-diretor do BC e chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV/Ibre. "Fica difícil assegurar que esse ritmo seja mantido a partir de dezembro." Para ele, as estimativas dos analistas de que os juros vão cair a 9% ao ano parecem "irrealistas".

Ele considera que a guerra entre Israel e o Hamas reduz as chances de uma nova alta das taxas de juro de curto prazo nos Estados Unidos, os "Fed funds". "Não vejo, durante o conflito, a possibilidade de subir o juro", diz. "Mas ela já era muito baixa."

Senna acredita que a causa principal da escalada dos juros dos títulos do Tesouro americano (Treasuries), com forte repercussão no mundo todo, incluindo o Brasil, é monetária - ou seja, está ligada à ação do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) para controlar a **inflação**. "O Fed evita explicitar esse objetivo, mas tenta empurrar os juros de dez anos para cima por meio de sinalizações relacionadas com a postergação do momento em que os juros começarão a ceder."

Em entrevista ao Valor, ele reconhece o papel do risco fiscal na pressão sobre as Treasuries, que se manifesta sobretudo no chamado prêmio de alongamento ("tenn premium", em inglês) exigido pelos investidores para carregar um papel que vence dentro de alguns anos. Foi a esse prêmio de alongamento, que remunera também outros riscos, que membros do Fed se referiram na semana passada para dizer que os juros longos estão cumprindo parte do trabalho de controlar a **inflação**.

Ele acha que a redução da compra de títulos pela China é um fator secundário na alta dos juros das

Treasuries, porque eventuais distorções em preços seriam rapidamente corrigidas pela arbitragem. "O mercado de Treasuries é talvez o mais líquido do mundo", diz Senna, que é autor do livro "Política Monetária: Ideias, Experiências e Evolução".

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: O sr. argumentou em um artigo recente que a alta dos juros dos títulos americanos de dez anos é um fenômeno monetário. Qual é o problema inflacionário que o Fed está enfrentando?

José Júlio Senna: O Fed aumentou os juros em cerca de 525 pontos-base, bastante coisa, mas a queda da **inflação** que a gente está vendo até agora tem pouco a ver com a política monetária. A essência foi a reversão dos choques [ocorridos desde a pandemia]. E resta combater os componentes mais nucleares da **inflação**, especialmente os serviços.

Valor: A ferramenta para enfrentar esse problema inflacionário não são os juros de curto prazo?

Senna: A alta dos Fed funds não produziu o impacto desejado nas condições financeiras, que ainda estão em território aproximadamente neutro. Elevar mais os Fed funds, aparentemente, não vai resultar em muita coisa. Os mercados financeiros americanos têm sido tomados de um grau de otimismo muito significativo. A curva de juros-comparando prazos de dois e dez anos - se inverteu quando havia sido percorrido apenas um quarto do ciclo de elevação dos Fed funds. Para combater uma **inflação** que tem raízes relativamente profundas, você tem de esfriar a economia e o mercado de trabalho. Você precisa de condições financeiras apertadas. Sem uma alta de juros longos, isso não será obtido.

Valor: Como o Fed faz para influenciara curva longa de juro?

Senna: Os bancos centrais não gostam de interferir ou dar sinais de insatisfação com os juros longos. É como sinalizar ou tentar intervir em preços de ações. As Treasuries de dez anos devem ser vistas como preço de um ativo de longo prazo. O Fed evita explicitar que tem esse objetivo, mas tenta empurrar os juros de dez anos para cima por meio de sinalizações relacionadas com a postergação do momento em que os juros

começarão a ceder, o que é inevitável. Uma aplicação financeira de dez anos pode ser vista como composta de uma aplicação de prazo curto, por exemplo um ano, e nove reaplicações de um ano, mais um prêmio de alongamento. Na medida em que o Fed sinaliza que a redução dos juros de curto prazo será postergada em relação ao que os participantes do mercado esperavam, na composição isso contribui para empurrar os juros longos para cima. É isso que tem acontecido, é isso que o Fed pretende, mas não pode ser muito explícito. Curiosamente, há um grupo dentro do Fed que gostaria de explicitar melhor isso, a ponto de terem dito na última ata do comitê que o foco das decisões e da comunicação de política monetária deveria deixar de ser até que nível o juro básico deverá subir-o "how high"-e passar a ser quanto o tempo que a taxa básica será mantida em patamar restritivo - o "how long". Seria algo inédito em fases de aperto monetário.

Valor: Alguns analistas econômicos têm argumentado que o risco fiscal estaria por trás da alta dos juros dos títulos americanos. Onde entra o risco fiscal nessa história?

Senna: O que tem acontecido no campo fiscal não é animador.

Estamos falando de déficits públicos sistematicamente na ordem de 6% a 7% do **PIB**, e os congressistas não se entendem sobre vários aspectos da administração dos orçamentos fiscais. Isso traz bastante insegurança. Esse impacto sobe os juros longos se manifesta por meio de alta dos prêmios de risco, dos prêmios de alongamento. É a recompensa que o investidor busca numa aplicação feita a juros prefixados de prazo médio ou longo. Pelas estimativas do Fed de Nova York, o prêmio era até negativo, e agora entrou em território positivo.

Valor: Uma explicação popular para a alta de juros das Treasuries é o descompasso entre a oferta e a demanda, com a China comprando menos papéis. Não seria isso?

Senna: Eventos como esse podem ter impactos momentâneos, mas são uma questão secundária. O mercado de Treasuries é talvez o mais líquido do mundo, com participantes de todos os cantos do planeta. Eles estão atentos às oportunidades para arbitragem. Se os preços estão mal formados, eles atuam para eliminar as distorções.

Valor: Poderia ser que a pressão nas Treasuries reflita uma taxa neutra maior, o que significaria que o Fed terá de operar com juros mais altos para equilibrar a economia?

Senna: Há muita incerteza sobre o patamar do juro neutro. O Fed de Nova York divulga duas estimativas, segundo dois modelos, uma de 0,6% e outra de 1,1%. O Fed deu início ao processo de combate à **inflação**, mas a referência básica, que é o juro neutro, não é conhecida com precisão. Pode ser que, mais adiante, o Fed entenda ser necessário manter em território apertado por mais tempo, e o impacto disso sobre os juros de longo prazo tenha continuidade.

Valor: Qual é o efeito do "quantitative tightening" nos juros longos?

Senna: Diria que também tem um caráter de natureza mais secundária. Se provocar uma de-sarbitragem importante ao longo da curva de juros, a ação dos arbitadores tenderia a corrigir.

Valor: A queda do juro ocorrida após o início do conflito entre o Hamas e Israel invalida a tese de que a alta dos juros reflete questões monetárias?

Senna: Acho que não invalida nem um pouco. Parece ter sido uma reação pontual, oscilações de curto prazo, motivadas por fatores de várias naturezas. Ora a pressão um pouco maior dos números de **inflação**, ora a preocupação com o Oriente Médio ou as declarações de dirigentes do Fed, que o mercado interpretou de maneira mais suave.

Valor: Como fica o cenário mais imediato para a política monetária americana depois do início desse conflito? O Fed fica menos inclinado a fazer uma alta de juro adicional?

Senna: Não vejo, durante o conflito, a possibilidade de subir o juro. Mas ela já era muito baixa. Antes do conflito, ajustes na taxa básica de juros já deixaram de ser relevantes. O Fed entendeu que o que mais interessa é agir de maneira a afetar as condições financeiras. A probabilidade em mercado de promover novos ajustes na taxa já não era majoritária, agora o Fed tem mais razões ainda para não insistir.

Valor: Como o sr. avalia as declarações recentes de membros do Fed de que a alta dos juros longos já está fazendo um pedaço do trabalho de política monetária?

Senna: As manifestações de quatro ou cinco dirigentes do Fed durante a semana que passou reforçam bastante o raciocínio que tenho desenvolvido. Elas ressaltam o fato de que, na medida em que as taxas longas de juros subam, em particular a de dez anos, o trabalho da política monetária está sendo feito. Mas é muito delicada essa questão relacionada com uma eventual explicitação da intenção dos dirigentes do Fed. Então, todos eles evitaram mencionar que é um objetivo do banco central americano fazer os juros de



dez anos subirem, por meio das indicações de postergação do ciclo de corte de juros. Mas destacaram que, contribuindo para a alta dos juros longos, tem havido uma alta importante dos prêmios de alongamento. A questão fiscal entra exatamente nesse ponto. Toda situação que envolva um aumento importante de volatilidade no retorno esperado de títulos longos significa, por definição, aumento de incerteza, de risco. Quando o banco central começa a combater a **inflação**, apertando a política monetária, também provoca incerteza. O Fed comeu mosca no passado [no seu diagnóstico no combate à **inflação**], será que vai comer mosca de novo? Até onde vai o aperto monetário? Isso também é uma incerteza que afeta o prêmio de alongamento, mas não constitui uma ação propriamente deliberada.

Valor: Olhando para um prazo mais longo do que as decisões de novembro e dezembro, o que a gente pode esperar?

Senna: No dia em que saiu o dado do mercado de trabalho americano, com a geração líquida de 336 mil postos de trabalho, qual foi a reação do mercado? As bolsas gostaram, mas o juro de dez anos subiu. O raciocínio do participante do mercado é que, se a economia está forte, agora mesmo é que o Fed vai demorar para reduzir o juro. Então não tem muito mistério. O que vai acontecer com o conjunto das taxas de juros depende da evolução da economia. O espaço para um alívio do aperto monetário é muito pouco. E a razão básica é que a economia americana ainda não se desacelerou.

Valor: Qual a chance, diante de toda essa incerteza internacional, de o Banco Central fazer menos do que 0,5 ponto percentual de baixa nas próximas reuniões?

Senna: O espaço para fazer menos está super presente. A trajetória de baixa de juro de 50 pontos por reunião, ao contrário do que muita gente entendeu na época, foi uma decisão conservadora. É como se o Banco Central tivesse decidido puxar o freio de mão. Quando o BC sinalizou uma trajetória de 50 pontos de queda, abriu mão de um princípio seguido mundo afora num ambiente de elevadíssimo grau de incerteza, principalmente da pandemia para cá, de não sinalizar próximos passos de política monetária. No máximo, faz sentido sinalizar para a reunião seguinte. O risco de não ter condições de sustentar o que sinalizou torna-se muito alto, e o custo disso é a perda de credibilidade da autoridade monetária. O BC abriu mão do princípio com o objetivo muito nobre de manter o ciclo de baixa de juros minimamente sob controle. De forma geral, ciclos de baixa de juros ensejam euforia. Em pouquíssimo tempo estariam os participantes de mercado esperando que, depois de 50 pontos, a baixa fosse de 75 pontos e, mais adiante,

100 pontos. De lá para cá, o quadro da **inflação** tem ficado mais preocupante. Tendo a prestar pouca atenção para a **inflação** corrente. O regime de metas de **inflação** não é isso, ele olha a **inflação** lá adiante, pelas defasagens de política monetária. O fato de ter um 1PCA um pouco melhor não apaga as verdadeiras preocupações que estão surgindo nos últimos tempos. Eu citaria duas. Estamos vendo uma enorme dificuldade de aprovação das medidas de aumento de receita tributária indispensáveis no esforço para tentar cumprir metas de déficit fiscal. A rentabilidade das NTN-B está indo para cima. O outro componente é que o Banco Central registrou esse problema externo como uma fonte de preocupação. Com os juros longos [subindo] lá fora, as bolsas sofrem, o "dollar index" se fortalece e isso tem impacto nos preços de ativos domésticos. Eles usaram um eufemismo, queriam dizer câmbio. O modelo da MCM que replica o do BC mostra um ajuste de 3,5% para 3,6% nas projeções de **inflação** para 2024. Então, o ajuste no ritmo de 50 pontos para 25 pontos é perfeitamente compreensível e super dentro do espírito que o BC tem na cabeça, do modelo. É importante os participantes de mercado estarem super atentos a essa possibilidade. A eventual redução para 25 pontos é um pouco o sinônimo de uma sinalização de que esse ciclo de baixa talvez não vá tão longe.

Valor: Essa redução no ritmo estaria na mesa na reunião do Copom de novembro ou dezembro?

Senna: Vamos ver como as coisas evoluem, tem sido um ambiente cheio de oscilações. Durante a semana os juros longos americanos cederam um pouco. A reunião de novembro ainda está longe. Eu diria que, em princípio, na hipótese de nada mais drástico acontecer até lá, em novembro ainda será 50 pontos. Fica difícil assegurar que esse ritmo seja mantido a partir de dezembro.

Valor: Essa alta de Treasuries vai impor algum tipo de piso mais alto para o nossa baixa de juro?

Senna: O [ex-presidente do Fed] Ben Bernanke, no fim do seu livro recente, faz um ensinamento com base na sua experiência: "Banqueiros centrais, o Congresso é o teu chefe!". O Banco Central do Brasil hoje está no mesmo barco do banco central americano. Independência de banco central não é algo escrito em pedra, é outorgada. O Banco Central do Brasil já tinha esticado a corda demais, precisava dar início ao ciclo de baixa. Agora, a decisão, a despeito de ter sido correta, foi tomada num momento em que as condições não estavam-esse advérbio é importantíssimo - inequivocamente favoráveis ao ciclo de baixa. As expectativas na Focus de médio prazo estavam desancoradas, e a **inflação** projetada para o horizonte relevante estava superior à meta. De novo,

tinha de começar. Os preceitos do "inflation targeting" são muito claros e precisam ser respeitados para o sistema funcionar, mas tem hora que você tem de levar em conta outros fatores. Até onde o Banco Central vai levar o ciclo de baixa de juros? Em algum momento o Banco Central do Brasil vai se sentir desconfortável de continuar, de dar sequência ao ciclo de baixa, com uma **inflação** projetada acima da meta. Na medida em que as projeções de **inflação** não venham para a meta no horizonte relevante, o Banco Central vai ter de pensar seriamente em parar, interromper o ciclo de queda, possivelmente antes do que se imagina. A pesquisa Focus tem 9% [para a taxa no fim do ciclo]. Eu acho isso muito irrealista. A gente pega as expectativas de mercado, elas já se ajustaram, estão em 10,5%. É uma estimativa melhor do que 9%.

"O espaço para um alívio do aperto monetário é muito pouco"

"Um IPCA melhor não apagaos pontos de preocupação que estão surgindo"

"A pesquisa Focus tem 9% [para a taxa no fim do ciclo]. Acho isso muito irrealista"

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231013/>